

**CONTRATO DE COMODATO DE BEM  
IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS  
E TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE  
GÁS S.A. – TAG**

**A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 73.759.185/0001-96, com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, 6475 – Bairro José de Alencar, neste ato representada pelo Diretor Presidente, **HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº. 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e pelo Diretor Técnico e Comercial, **FABRÍCIO BOMTEMPO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Identidade nº 1568028 SSP-DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 698.775.801-87, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, doravante denominada **COMODANTE**, e de outro lado, **TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S/A. - TAG**, sociedade brasileira, com sede na Praia do Flamengo, 200 – 20º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.248.349/0001-23, doravante denominada **TAG**, neste ato representada por seu Diretor Superintendente, **FERNANDO GABRIEL COUTO KAMACHE**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 090246828, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF nº 844.511.227-91, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº. 200, 20º andar, Flamengo, na cidade e estado do Rio de Janeiro, e por seu Diretor Comercial **PAULO LEONARDO MARINHO FILHO**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 07.268.240-4, expedida pela DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 868.708.317-34, com endereço comercial na Praia do Flamengo nº. 200, 20º andar, Flamengo, na cidade e estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **COMODATÁRIA**,

Também denominadas individualmente como “PARTE” ou, em conjunto, como “PARTES” e,

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) A COMODANTE é donatária de uma área de terras legítimas, medindo 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), situada no lugar denominado “Parque Gibóia”, no Município de Aquiraz, Estado do Ceará, decorrente de doação com encargos autorizada por meio da Lei Municipal nº 928, de 17/11/2011, alterada pela Lei Municipal nº 971, de 20/07/2012, publicadas no DOE (Diário Oficial do Estado do Ceará), respectivamente, em 15/12/2011





e 19/10/2012, devidamente registrada no Cartório Florêncio 2º Ofício – 1ª Zona de Registro de Imóveis da Comarca de Aquiraz – CE, sob o nº de matrícula R2-21207 (“IMÓVEL”);

- b) A COMODANTE e a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS celebraram, em 28/12/2012, um contrato de comodato de parte do IMÓVEL acima citado (“PARTE DO IMÓVEL”), que viabilizou a construção e operação pela COMODATÁRIA do Ponto de Entrega de Gás Natural (“PE AQUIRAZ”), situado no Km 315 do Gasoduto Guamaré-Pecém - GASFOR;
- c) O contrato de comodato acima mencionado teve sua vigência encerrada em 28/08/2015, embora a COMODATÁRIA tenha permanecido com a posse gratuita da PARTE DO IMÓVEL referente ao PE AQUIRAZ até a presente data;
- d) A COMODATÁRIA é a transportadora de gás autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (Autorização ANP Nº 937, de 26.12.2017) para manter e operar o PE AQUIRAZ;
- e) Com o objetivo de definir as responsabilidades de operação, manutenção e preservação da integridade das instalações de interconexão entre o PE AQUIRAZ e as instalações da COMODANTE, as PARTES celebraram em 31/12/2014, com vigência de 10 anos, o Protocolo de Responsabilidades conforme regulamentação da ANP;
- f) A COMODATÁRIA tem interesse em receber em comodato, sem ônus, a PARTE DO IMÓVEL onde está instalado o PE AQUIRAZ, para permitir a continuidade da entrega de gás natural à COMODANTE;

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Comodato (“CONTRATO”), o qual será regido pelos seguintes termos e condições:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1– O presente CONTRATO tem por objeto o comodato da PARTE DO IMÓVEL com as dimensões e georeferências constantes do Planta de Arranjo Geral DE-4450.08-6270-942-APJ-002=B (Anexo III), com poligonal definida pelas coordenadas geográficas a seguir:

PONTO	COORDENADAS DOS VÉRTICES	
	NORTE	ESTE
V1	9.562.864,05	554.675,55
V2	9.562.861,19	554.705,42
V3	9.562.821,39	554.701,62
V4	9.562.818,16	554.735,45
V5	9.562.857,95	554.739,25
V6	9.562.854,53	554.775,09
V7	9.562.754,99	554.765,57
V8	9.562.764,51	554.666,03





1.2 – A PARTE DO IMÓVEL é dada em comodato para permitir a manutenção e operação do PE AQUIRAZ, ali construído e operado pela TAG (Autorização de Operação ANP Nº 937, de 26.12.2017) viabilizando a entrega de gás natural à COMODANTE.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA COMODATÁRIA**

2.1 – Não utilizar a PARTE DO IMÓVEL para fins diversos daqueles estipulados neste CONTRATO e na legislação em vigor.

2.2 – Manter a PARTE DO IMÓVEL em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

2.3 – A COMODATÁRIA arcará com os ônus de qualquer natureza relativos às atividades a serem desenvolvidas na PARTE DO IMÓVEL;

2.4 – Assumir proporcionalmente à PARTE DO IMÓVEL as despesas referentes a tributos, tarifas e quaisquer encargos e despesas que recaiam sobre o IMÓVEL;

2.5 – Assumir integralmente as penalidades de multa que tenha dado causa, a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.

2.6 – Observar a legislação específica aplicável a sua atividade.

2.7 – Assumir a responsabilidade pelos danos causados à PARTE DO IMÓVEL e seus pertences, bem como a terceiros, em decorrência do uso da PARTE DO IMÓVEL ou das atividades nele exercidas.

2.8 – A COMODATÁRIA poderá efetuar as obras necessárias e convenientes às suas atividades de transporte de gás natural, estando desde já autorizada pela COMODANTE.

2.9 – Permitir que um representante indicado pela COMODANTE tenha acesso à PARTE DO IMÓVEL a fim de verificar o estado e as condições em que o mesmo se encontra, desde que previamente agendado.

## **CLAUSULA TERCEIRA – PRAZO**

3.1 – O prazo de vigência do presente Contrato é de 89 (oitenta e nove meses), contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, mediante Aditivo.

## **CLÁUSULA QUARTA – ENCERRAMENTO**

4.1 – O inadimplemento, pela COMODATÁRIA, de quaisquer das obrigações assumidas em razão deste CONTRATO, bem como daquelas que lhe são atribuídas pela legislação pertinente, caso não sanado dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da notificação pela COMODANTE, enseja o direito à rescisão do CONTRATO, por iniciativa da



COMODANTE, não cabendo à COMODATÁRIA qualquer direito a reclamação e/ou indenização, seja a que título for.

4.2 – Havendo necessidade comprovada, urgente e imprevista, a qualquer tempo a COMODANTE poderá requerer que a COMODATÁRIA lhe restitua a PARTE DO IMÓVEL, resolvendo-se este CONTRATO com a entrega do mesmo.

4.2.1 – O pedido de restituição da PARTE DO IMÓVEL será notificado à COMODATÁRIA por escrito, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

4.2.2 – Caso a COMODATÁRIA se recuse injustificadamente a devolver a PARTE DO IMÓVEL, a COMODANTE adotará as medidas judiciais cabíveis.

4.2.3 – O exercício da faculdade prevista neste item, desde que observados os parâmetros estipulados, não dará direito à COMODATÁRIA de pleitear indenização de qualquer tipo ou espécie.

4.3 – O presente CONTRATO também poderá ser encerrado, por interesse da COMODATÁRIA, observada a prévia notificação, por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias.

4.4 – Encerrado este CONTRATO, por qualquer motivo, os bens e benfeitorias de propriedade da COMODATÁRIA deverão ser retirados por sua conta e risco.

4.5 – Este CONTRATO ficará ainda automaticamente encerrado, nas seguintes hipóteses:

- a) ocorrência de eventos de caso fortuito ou motivos de força maior, conforme definidos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, e que impossibilitem a continuidade do presente comodato de maneira definitiva;
- b) caso a PARTE DO IMÓVEL ora dado em comodato não mais sirva para os fins a que se destina, em decorrência de impedimentos ou não liberação para seu uso por parte da(s) autoridade(s) competente(s).

#### **CLAUSULA QUINTA – DEVOLUÇÃO DA PARTE DO IMÓVEL**

5.1 – Encerrado o CONTRATO, por qualquer motivo, deverá a COMODATÁRIA efetuar a imediata devolução da PARTE DO IMÓVEL à COMODANTE, sob pena de restar caracterizado, de plano, o esbulho possessório, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

5.2 – A COMODATÁRIA se obriga a devolver o imóvel objeto deste CONTRATO em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

5.2.1 - As benfeitorias realizadas poderão ser levantadas pela COMODATÁRIA, desde que não cause danos à PARTE DO IMÓVEL.







5.3 – A COMODANTE poderá designar um representante para verificar o estado da PARTE DO IMÓVEL antes de sua devolução e para acompanhar o levantamento das benfeitorias referidas no item acima.

#### **CLÁUSULA SEXTA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

6.1 – A COMODATÁRIA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, a PARTE DO IMÓVEL objeto do presente CONTRATO, salvo mediante prévia e expressa anuência da COMODANTE.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE**

7.1 – As PARTES contratantes não responderão pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

7.2 – A responsabilidade das PARTES por perdas e danos, fica limitada aos danos diretos, de acordo com o Código Civil Brasileiro e legislação aplicável, excluídos os lucros cessantes e danos indiretos.

#### **CLÁUSULA OITAVA – LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES**

8.1 – As licenças, autorizações, certidões e outros instrumentos junto às repartições competentes, necessárias à exploração da PARTE DO IMÓVEL dada em comodato, para os fins a que se destina, ficam a cargo e por conta da COMODATÁRIA, respondendo esta, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão das mesmas acarretarem.

#### **CLÁUSULA NONA- DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 – As disposições deste CONTRATO somente poderão ser alteradas por meio de termo aditivo escrito, que deverá ser assinado por ambas as PARTES.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – ANEXOS**

10.1 – Fazem parte do presente CONTRATO os seguintes Anexos:

- (a) Cópia da Escritura Pública de Doação do Imóvel, páginas 033 a 035, do livro 021 do Cartório Florêncio – 2º Ofício da Comarca de Aquiraz – CE e cópias das Leis Municipais de doação do terreno;
- (b) Protocolo de Responsabilidades entre TAG e CEGÁS;
- (c) Desenho Planta de Arranjo Geral DE-4450.08-6270-942-APJ-002=B.

10.2 – Em caso de eventual disposição conflitante entre o disposto no CONTRATO e nos Anexos, prevalecerá o disposto no CONTRATO.



## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– FORO

11.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, que será o competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvadas as questões descritas na parte final do art. 47 do Código de Processo Civil vigente


E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Fortaleza, 18 de dezembro de 2018.

### COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS



HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO  
JUNIOR  
Diretor Presidente



FABRÍCIO BOMTEMPO DE OLIVEIRA  
Diretor Técnico e Comercial

### TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG

FERNANDO GABRIEL COUTO KAMACHE  
Diretor Superintendente

PAULO LEONARDO MARINHO FILHO  
Diretor Comercial

### TESTEMUNHAS:

1ª. Arthur Santos Martins

Nome: ARTHUR SANTOS MARTINS  
CPF(MF): 020.432.633-82

2ª. \_\_\_\_\_

Nome:  
CPF(MF):








CNPJ Nº 06.248.349/0001-23  
NIRE 33.3.0026996-7  
Inscrição Estadual 77.803.939

### EXTRATO PARCIAL DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em reunião levada a efeito em 29/11/2018, sob a presidência do Conselheiro Sr. GUILHERME PONTES GALVÃO FRANÇA e com a participação dos Conselheiros Sr. ERICK PORTELA PETTENDORFER e Sr. ANDRÉ NUNES, deliberou (Ata CA-TAG-199), dentre outros, sobre os seguintes assuntos, a seguir transcritos na íntegra: 1 - **PAUTA PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1.1 - PAUTA 59/2018 – RENÚNCIA DO DIRETOR SUPERINTENDENTE – CARTA DE 29/11/2018.** \*\*\* O Presidente do Conselho de Administração levou ao conhecimento dos demais membros do Colegiado a renúncia do Sr. Rogério Gonçalves Mattos ao Cargo de Diretor Superintendente da TAG, a partir de 01/12/2018. \*\*\* **DECISÃO:** O Conselho de Administração **TOMOU CONHECIMENTO** da renúncia do Sr. Rogério Gonçalves Mattos ao Cargo de Diretor Superintendente da TAG, formalizada por Carta endereçada ao Presidente do Colegiado, em 29/11/2018, deixando registrados os agradecimentos pelo tempo em que exerceu o Cargo de Diretor Superintendente da Companhia. \*\*\* **ITEM 1.2 - PAUTA 060/2018 - ELEIÇÃO DE MEMBRO TITULAR PARA A DIRETORIA DA TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG S.A. – DIP GIA-RGN/PGE/PTG 131/2018 DE 30/11/2018** \*\*\* O Presidente do Conselho de Administração, conforme orientação do acionista controlador, apresentou ao Colegiado a proposta de eleição para o cargo de Diretor Superintendente, do Sr. Fernando Gabriel Couto Kamache, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 090246828, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF/MF nº 844.511.227-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia do Flamengo, nº 200 - 20º andar, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, com mandato de 2 (dois) anos a partir de 01/12/2018, fixando sua remuneração no limite aprovado para o período compreendido entre as Assembleias Gerais Ordinárias - AGOs de 2018 e 2019 pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. \*\*\* **DECISÃO:** O Conselho de Administração resolveu, de acordo com o Inciso III, do Art. 25 do Estatuto Social da Companhia, **APROVAR** a proposta por unanimidade. \*\*\*

As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas neste extrato, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante “caput” do Artigo 155 da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo primeiro do Artigo 142 da citada Lei.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2018

  
**Marcelo Lima Castelo Branco**  
Secretário-Geral

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A.

Praia do Flamengo, 200 – 20º andar  
CEP 22210-030 – Flamengo – Rio de Janeiro - RJ  
Telefone 55 (21) 2237-9810 – FAX 55 (21) 2237-9918



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG

NIRE: 333.0026996-7 Protocolo: 00-2018/452360-5 Data do protocolo: 10/12/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/12/2018 SOB O NÚMERO 00003453562 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: D59828B4E80F8E90F82BE779611A3586D48EC2C0E67A151D38812E77C6443946

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 3/6







<b>CARTÓRIO FLORENCIO</b> Aquiraz - Ceará Alcione Martins Florêncio Oficial Hermenegildo Florêncio M. Batista Substituto Bel Adriano Martins Florêncio REGISTRO GERAL DE IMOVEIS - 1ª ZONA		Matricula 21207	Data 28/11/2012
Livro 2 - 2	Folha 001	Rubrica	

IMÓVEL: UM TERRENO situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por partes dos lotes n.ºs 12, 13 e 14 da quadra n.º 37, constituído por partes dos lotes n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra n.º 36, constituído pelos lotes n.ºs 07 e 08 e partes dos lotes n.ºs 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da quadra n.º 45, constituído pelos lotes n.ºs 01, 02, 03, 04, 20, 21, 22 e partes dos lotes n.ºs 05, 09, 10, 11, 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra n.º 44, constituído por parte da RUA H, e constituído por partes da RUA P, de forma regular, medindo 100,00m pelas linhas de frente e fundos e 100,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 10.000,00m<sup>2</sup>, localizado do lado par da Rua H, por onde tem acesso, distando 94,50m para o lado esquerdo (Poente) com a Rua I, extremado: ao NORTE, (frente) medindo 100,00m, sendo 82,50m extremado com partes dos lotes n.ºs 15, 11, 10, 09 e 05 da quadra n.º 44 do lot. Parque Gibóia; 12,00m extremado com parte da Rua H do lot. Parque Gibóia e mais 5,50m extremado com parte do lote n.º 15 da quadra n.º 36; ao SUL, (fundos) medindo 100,00m, sendo 82,50m extremado com parte dos lotes n.ºs 14, 11, 10, 09 e 06 da quadra n.º 45 do lot. Parque Gibóia; 12,00m extremado com parte da Rua H do lot. Parque Gibóia e mais 5,50m extremado com parte do lote n.º 14 da quadra n.º 37 do lot. Parque Gibóia; ao NASCENTE, (lado direito) medindo 100,00m, sendo 59,00m extremado com partes dos lotes n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra n.º 44 do lot. Parque Gibóia; 12,00m com parte da Rua P do lot. Parque Gibóia; e, mais 29,00m extremado com partes dos lotes n.ºs 12, 13 e 14 da quadra n.º 45 do lot. Parque Gibóia; e, ao POENTE, (lado esquerdo) medindo 100,00m sendo 59,00m extremado com partes dos lotes n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra n.º 36 do lot. Parque Gibóia; 12,00m com parte da Rua P do lot. Parque Gibóia; e, mais 29,00m extremado com partes dos lotes n.ºs 12, 13 e 14 da quadra n.º 37 do lot. Parque Gibóia, inscrito na Prefeitura Municipal de Aquiraz, sob o n.º 0000095700. PROPRIETÁRIO - MUNICÍPIO DE AQUIRAZ, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.911.696/0001-57, com endereço na Avenida João Lima, n.º 259, Centro, em Aquiraz - Ceará. TÍTULO AQUISITIVO - Havido em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14574, atualmente matrícula n.º 20964; em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14573, atualmente matrícula n.º 20962; em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14567, atualmente matrícula n.º 20960; em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14566, atualmente matrícula n.º 20958; nos termos do R-2 na matrícula n.º 13983, livro 02, deste Registro Imobiliário, e art 22 da Lei n.º 6766/77, atualmente matrícula n.º 20624; nos termos do R-2 na matrícula n.º 13983, livro 02, deste Registro Imobiliário, e art 22 da Lei n.º 6766/77, atualmente na matrícula n.º 20625; e, nos termos do R-2 na matrícula n.º 13983, livro 02, deste Registro Imobiliário, e art 22 da Lei n.º 6766/77, atualmente matrícula n.º 20626, todas do livro 02, deste Registro Imobiliário.

O OFICIAL:

Av-1-21207 de 28 de novembro de 2012

Hermenegildo Florêncio Marques Batista  
Substituto Respondendo pelo Titular

Procedo esta averbação para constar que, a presente matrícula foi aberta, atendendo o requerimento, prenotado em 26 de novembro de 2012, sob o n.º 36264, no livro 1-G, a mim dirigido pelo MUNICÍPIO DE AQUIRAZ, já acima qualificado, datado de 21 de novembro de 2012, com apoio no que determina o art. 234 da Lei n.º 6.015/73, acompanhado da Certidão n.º 000492, datada de 21 de novembro de 2012, expedida pela Prefeitura Municipal de Aquiraz.





Memorial Descritivo e Planta devidamente assinados pelo engenheiro civil Tiago Alves Moraes, RNP 0601804635, arquivados em cartório.

O OFICIAL:

R-2-21207 de 27 de dezembro de 2012

Por Escritura Pública de Doação, lavrada aos dezanove (19) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (2012), às fls 033/035 do livro 021, nas notas deste Cartório, prenotada em 27 de dezembro de 2012, sob o n° 36447, no livro 1-G, o proprietário MUNICÍPIO DE AQUIRAZ, já acima qualificado, doou o imóvel de que trata a presente matrícula a COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, com sede na Av. Santos Dumont - n° 7700 - 5° ao 7° andar - Planalto Aldeota - Fortaleza - Ceará, inscrita no CNPJ sob o n° 73.759.185/0001-96, dando-lhe para efeitos fiscais o valor de R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).

O OFICIAL:

R-2-21207 de 27 de dezembro de 2012

Em razão desta averbação para constar que, conforme consta da Escritura de Doação de que trata o R-2 da presente matrícula, a doação foi autorizada por força da Lei Municipal n. 928 de 17 de novembro de 2.011, devidamente alterada pela Lei Municipal n. 971/2.012 de 20 de julho de 2.012, publicadas no Diário Oficial do Estado, respectivamente, sob o n. 238 Série 3 ano III em 15 de dezembro de 2.011; e, sob o n. 200 Série 3 ano IV, em 19 de outubro de 2012. O imóvel ora doado será utilizado, em sua totalidade, com a exploração da atividade comercial e / ou industrial a que se destina, nos termos do artigo 5° da Lei Municipal n° 928/2011, alterado pelo art 3° da Lei Municipal n° 971/2012, com os encargos e condicionantes seguintes: a) O imóvel ora doado será utilizado, em sua totalidade, com a exploração da atividade comercial e / ou industrial a que se destina, conforme prescreve o § único do artigo 2° da citada Lei; b) O donatário obriga-se a iniciar os trabalhos de construção e implantação da empresa a que se destina, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) sob pena de incidir, na hipótese, a reversão de que versa o § 1° deste artigo; c) O donatário arcará com os ônus decorrentes da lavratura dos respectivos instrumentos públicos de doação com encargos e respectivos de registro; d) O donatário obriga-se a cumprir fielmente as normas vigentes e a vigor, relativas à proteção do meio ambiente; e) O donatário obriga-se a facilitar a fiscalização da Prefeitura Municipal de Aquiraz no acompanhamento da instalação e funcionamento da referida empresa, cujo projeto será submetido à aprovação prévia da Prefeitura; f) O donatário compromete-se a contratar, preferencialmente, mão de obra local, inclusive nos serviços terceirizados que venha a contratar § 1° - O eventual descumprimento da finalidade exposta no caput deste artigo ensejará na reversão dos bens imóveis doados para o patrimônio do Município de Aquiraz. § 2° - É vedada a transferência, a título de alienação onerosa ou gratuita, de quaisquer dos direitos sobre as áreas doadas, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo, porém, ser objeto de garantia real junto a instituição financeira nacional para fins de financiamento bancário, caso em que a cláusula de inalienabilidade não surtirá efeito. § 3° - Ocorrerá também a reversão do imóvel objeto da referida doação para o patrimônio municipal, no caso de falência, concordata ou mudança de domicílio da empresa no prazo de 10 anos. Rege-se esta averbação pelas demais cláusulas e condições constantes da aludida escritura.



O OFICIAL:



Hermenegildo Florêncio Marques Batista  
Substituto Respondendo pelo titular

**CARTÓRIO FLORENCIO 2º OFÍCIO**  
1ª Zona do Registro de Imóveis de Aquinaz - Ceará

**CERTIDÃO**

Certifico que na presente matrícula não consta nenhum outro lançamento além dos que figuram na presente cópia que confere com o original existente no arquivo deste Cartório. O referido é verdade. Dou fé.

Aquinaz-CE, 27/11/2019.

*[Signature]*  
Alicione Martins Florêncio - Titular  
Hermenegildo Florêncio Marques Batista - Substituto  
Bel. Adriano Martins Florêncio - Substituto







2º OFÍCIO

**CARTÓRIO FLORÊNCIO**

06.621.981/0001-70

Aquiraz - Ceará CE

**Alcione Martins Florêncio**  
Notária

Hermenegildo Florêncio M. Batista

Bel Adriano Martins Florêncio

Maria de Lourdes Tavares Ferreira

Substitutos

REG. DE IMÓVEIS, ESCRITURAS, PROCURAÇÕES, PROTESTOS, REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, AUTENTICAÇÕES,  
RECONHECIMENTO DE FIRMAS, REG. DE PESSOAS JURÍDICAS

**ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO**, que fazem e assinam:  
**MUNICÍPIO DE AQUIRAZ**, como outorgante(s) doador(a)(e)(s); e,  
**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS.**, como outorgado(s) donatário(a)  
(e)(s).

**SAIBAM** todos quantos esta pública escritura virem, que aos dezanove (19) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze (2.012), nesta cidade de Aquiraz, Estado do Ceará, na Rua Virgílio Coelho, n. 296, Centro, perante este Serviço Notarial, a mim delegado pelo Poder Público Estatal, compareceram partes entre si previamente acordadas, a saber: de um lado, como **OUTORGANTE(S) DOADOR(A)(E)(S) - MUNICÍPIO DE AQUIRAZ**, com sede na Avenida João Lima, n. 259, Centro, em Aquiraz - Ceará, inscrita no CNPJ sob o n. 07.911.696/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, sr. **EDSON SÁ**, brasileiro, casado, maior, advogado, portador da CNH n. 00503669447 DETRAN-CE, emitida em 15/12/2.009 e do CPF/MF sob o n. 017.421.083-34, residente e domiciliado na Rua Professor Wilson Aguiar, n. 333, Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará; e, do outro lado, como **OUTORGADO(A)(S) DONATÁRIO(A)(S) - COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS.**, com sede na Av. Santos Dumont - n. 7.700 - 5º ao 7º andar - Planalto Aldeota - Fortaleza - Ceará, inscrita no CNPJ sob o n. 73.759.185/0001-96, neste ato representada por seu **Diretor - Presidente ANTONIO ALBANO CAMBRAIA**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG n. 96002146783 SSP-CE, emitido em 01/03/1.996 e do CPF/MF n. 002.871.723-68, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz - n. 620 - Apto. 1.101 - Meireles - Fortaleza - CE; seu **Diretor Administrativo e Financeiro JORGE OTOCH JUNIOR**, brasileiro, divorciado, economista, portador da CNH n. 01963622022 DETRAN-CE, emitida em 19/10/2.011 e do CPF/MF n. 188.879.883-15, residente e domiciliado na Rua José Vilar - n. 1.450 - Apto. 1.502 - Aldeota - Fortaleza - CE; e seu **Diretor - Técnico e Comercial ALOISIO NUNES DE ARRUDA**, brasileiro, divorciado, advogado, portador do RG n.

Rua Virgílio Coelho, 296, Centro - Aquiraz - Ceará-Ceará - Fone: (85)33612021 / Fax: 33612021



2003002209263 2ª via SSPDS-CE, emitido em 04/06/2.007 e do CPF/MF n. 235.859.273-00, residente e domiciliado na Rua Pedro Dantas - n. 907 - Dias Macedo - Fortaleza - CE; os presentes pessoas idôneas por mim identificadas e conhecidas, de cuja capacidade jurídica dou fé. Então, perante ele(a)(s) outorgante(s) doador(a)(e)(s) acima qualificado(a)(s), me foi dito que, a justo título e por aquisição legal, que é(são) senhor(a)(e)(s) e legítimo(a)(s) possuidor(a)(e)(s) totalmente livre e desembaraçado de quaisquer espécie de ônus, inclusive os de natureza tributária, DO(S) IMÓVEL (IS) com as seguintes características: **UM TERRENO** situado no lugar **GIBÓIA**, distrito de Camará, da comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado **PARQUE GIBÓIA**, constituído por partes dos lotes n.ºs 12, 13 e 14 da quadra n.º 37, constituído por partes dos lotes n.ºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra n.º 36, constituído pelos lotes n.ºs 07 e 08 e partes dos lotes n.ºs 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da quadra n.º 45, constituído pelos lotes n.ºs 01, 02, 03, 04, 20, 21, 22 e partes dos lotes n.ºs 05, 09, 10, 11, 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra n.º 44, constituído por parte da RUA H, e constituído por partes da RUA P, de forma regular, medindo 100,00m pelas linhas de frente e fundos e 100,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 10.000,00m<sup>2</sup>, localizado do lado par da Rua H, por onde tem acesso, distando 94,50m para o lado esquerdo (Poente) com a Rua I, com demais limites e confrontações constantes na matrícula n. 21.207, havido em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14.574, atualmente matrícula n.º 20.964; em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14.573, atualmente matrícula n.º 20.962; em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14.567, atualmente matrícula n.º 20.960; em maior porção nos termos do R-4 na matrícula n.º 14.566, atualmente matrícula n.º 20.958; nos termos do R-2 na matrícula n.º 13.983, livro 02, deste Registro Imobiliário, e art 22 da Lei n.º 6.766/77, atualmente matrícula n.º 20.624; nos termos do R-2 na matrícula n.º 13.983, livro 02, deste Registro Imobiliário, e art 22 da Lei n.º 6.766/77, atualmente na matrícula n.º 20.625; e, nos termos do R-2 na matrícula n.º 13.983, livro 02, deste Registro Imobiliário, e art 22 da Lei n.º 6.766/77, atualmente matrícula n.º 20.626, todas do livro 02, deste Registro Imobiliário, atualmente matriculado sob n. 21.207 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Aquiraz-Ce. Que o(a)(s) outorgante(s) doador(a)(es) acha(m)-se justo(s) e contratado(s) com o(s) outorgado(a)(s) donatário(a)(s) acima qualificado(a)(s), para doar-lhe(s) o(s) descrito(s) imóvel(is) de livre e espontânea vontade, gratuitamente, como efetivamente doado tem, por bem desta escritura e da cláusula constituti, ou na melhor forma de direito, transferindo e transmitindo desde já, na(s) pessoa(s) do(a)(s) outorgado(a)(s) donatário(a)(s), todo direito, domínio, posse e obrigações que exercia(m) no(s) aludido(s) imóvel(is), para que o (a)(s) mesmo(a)(s) donatário(a)(s) a use(m) e goze(m) como coisa



sua que é e fica(m) sendo de agora por diante, dando - lhe(s) para efeitos fiscais o valor de R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). Que a presente doação foi autorizada por força da Lei Municipal n. 928 de 17 de novembro de 2.011, devidamente alterada pela Lei Municipal n. 971/2.012 de 20 de julho de 2.012, publicadas no Diário Oficial do Estado, respectivamente, sob o n. 238 série 3 ano III em 15 de dezembro de 2.011; e, sob o n. 200 série 3 ano IV, em 19 de outubro de 2.012. O imóvel ora doado será utilizado, em sua totalidade, com a exploração da atividade comercial e/ou industrial a que se destina, nos termos do artigo 5º da referida Lei Municipal 928/2.011, alterado pelo Art. 3º da Lei Municipal n. 971/2.012, com os encargos e condicionantes seguintes: a) O imóvel ora doado será utilizado, em sua totalidade, com a exploração da atividade comercial e/ou industrial a que se destina, conforme prescreve o § único do artigo 2º desta Lei; b) O donatário obriga-se a iniciar os trabalhos de construção e implantação da empresa a que se destina, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) sob pena de incidir, na hipótese, a reversão de que versa o § 1º deste artigo; c) O donatário arcará com os ônus decorrentes da lavratura dos respectivos instrumentos públicos de doação com encargos e respectivos de registro; d) O donatário obriga-se a cumprir fielmente as normas vigentes e a vigor, relativas à proteção do meio ambiente; e) O donatário obriga-se a facilitar a fiscalização da Prefeitura Municipal de Aquiraz no acompanhamento da instalação e funcionamento da referida empresa, cujo projeto será submetido à aprovação prévia da Prefeitura; f) O donatário compromete-se a contratar, preferencialmente, mão de obra local, inclusive nos serviços terceirizados que venha a contratar. § 1º - O eventual descumprimento da finalidade exposta no caput deste artigo ensejará na reversão dos bens imóveis doados para o patrimônio do Município de Aquiraz. § 2º - É vedada a transferência, a título de alienação onerosa ou gratuita, de quaisquer dos direitos sobre as áreas doadas, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo, porém, ser objeto de garantia real junto a instituição financeira nacional para fins de financiamento bancário, caso em que a cláusula de inalienabilidade não surtirá efeito. § 3º - Ocorrerá também a reversão dos imóveis objetos da presente doação para o patrimônio municipal, no caso de falência, concordata ou mudança de domicílio da empresa no prazo de 10 anos. Pelo(a)(s) outorgado(a)(s) donatário(a)(s) me foi dito que, agradecido(a)(s) aceita(m), a presente escritura com o que nela se contém e declara(m) em todos os seus termos, apresentando os seguintes documentos, que ficam arquivados nestas notas: IMPOSTO DE TRANSMISSÃO: Foi pago, no valor de R\$ 15.784,11 (quinze mil, setecentos e oitenta e quatro reais e onze centavos), sobre avaliação de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme Guia de ITCD n. 66851, emitido em 17/12/2.012 e DAE n. 2012.05.0138054-08 do Posto Fiscal



de Arrecadação Estadual de Aquiraz, recolhido em 14/12/2.012, conforme Lei Estadual n. 13.417/2.003, inscrito na P.M.A sob o n. 0000095700. **CERTIDÕES FISCAIS:** GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. CERTIDÃO(ÕES) NEGATIVA(S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, n(s). 201225208321, emitida(s) em 19/12/2.012 e válida(s) até 17/02/2.013, via internet para efeitos da instrução Normativa n. 13 de 02/03/2.001; MINISTÉRIO DA FAZENDA: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. CERTIDÃO(ÕES) CONJUNTA(S) POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA(S) DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, emitida(s) em 06/11/2.012 e válida até 05/05/2.013, via Internet com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 3, de 02/05/2.007; MINISTERIO DA FAZENDA - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E AS DE TERCEIROS. N. 001392012-05001696, emitida em 07/11/2.012 e válida até 06/05/2.013, via Internet, com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 01, de 20/01/2.010. PODER JUDICIÁRIO. JUSTIÇA DO TRABALHO. CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS n.(s) 14393103/2.012, emitida(s) em 19/12/2.012 e válida(s) até 16/06/2.013, via internet, Certidão emitida com base no Art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n. 12.440, de 07/07/2.011 e da Resolução Administrativa n. 1470/2.011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2.011, suprimindo a Recomendação de n. 03 de 15/03/2.012 do CNJ, todas em nome do(a) (s) outorgante(s) dador(a) (s). **NOTA:** Declara(m) o(s) outorgado(a) (s) donatário(a) (es) que foi(ram) cientificado(s) da existência de Ações Trabalhistas em tramite perante a Justiça do Trabalho em nome do (a) (s) outorgante(s) doador(a) (es). CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS: com fulcro no § 2º, do item V, do art. 1º, do Decreto n. 93.240, de 09/09/1.986, o(a) (s) outorgado(a) (s) dispensa(m) a apresentação da Certidão Fiscal Municipal, o que faz(em) por este instrumento e na melhor forma de direito, responsabilizando-se nos termos da lei, pelo pagamento de débitos fiscais existentes e somente aqueles incidentes sobre o(s) imóvel(is) objeto(s) desta escritura. E Por determinação contida no provimento 06/2.010, baixado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, datado de 03 de dezembro de 2.010, me foi(ram) apresentada(s) certidão(ões) atualizada(s) do(s) imóvel(is) objeto(s) da(s) matrícula(s) n.(s) 21.207, do livro n. 02, do Registro de Imóveis da 1ª Zona da Comarca de Aquiraz - Ceará, emitida(s) em 28/11/2.012, válida(s) por trinta (30) dias, onde não consta nenhum gravame sobre o(s) imóvel(is) seu(s) objeto(s), conforme determina o art. 1º, IV, do Decreto N. 93.240, de 09/09/1.986. O (A) (S) Outorgante(s) doador(a) (e) (s) declara(m), sob as penas da lei (responsabilidade civil e penal), o seguinte: que não existem ações reais e/ou pessoais reipersecutórias, ônus reais, ou quaisquer outros feitos judiciais, relativo(s) ao(s) imóvel(is).



objeto(s) desta escritura, impositivos da transação, o que faz(em) em cumprimento ao art. 1º, § 2º, in fine, da Lei n. 7.433, de 18/12/1.985, c/c os incisos IV e V, § 3º, do art. 1º, do decreto 93.240, de 09/09/1.986. Declara(m) ainda, que além do(s) imóvel(is) ora doado(s), possui(em) outros bens e rendimentos que suprem a sua manutenção, na conformidade do artigo 548 e 549 do Código Civil Brasileiro. Certifico que, em atendimento ao disposto no art. 215, § 1º, V, do CCB - Lei n. 10.406/2.002, foi dado cumprimento às exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato. Foi emitida a DOI para a Secretaria da Receita Federal. Dispensadas as testemunhas de acordo com o art. 215, § 5º, do referido Código Civil Brasileiro. Depois de escrita esta, eu, Notária a li em voz alta perante outorgante(s) e outorgado(a)(s), que a aceitaram, outorgaram e assinaram. **EDSON SÁ. ANTONIO ALBANO CAMBRAIA. JORGE OTOCH JUNIOR. ALOISIO NUNES DE ARRUDA. ALCIONE MARTINS FLORENCIO.** Digitei dato e assino em público e ao verso do que uso em testemunho da verdade. Dou fé.

Aquiraz, 20 de dezembro de 2.012

ALCIONE MARTINS FLORENCIO



CERTIDÃO  
FONE: 33612021 / 33612015

CERTIDÃO  
Certifico que este documento foi apresentado para registro hoje, protocolado sob nº 36447 da pag. 279, LV. 1-6; R-2-21207, LV. 02.

Dado e Assinado em 27/12/2012  
Por: ALCIONE MARTINS FLORENCIO - Titular  
Substituto - Hermenegildo Florêncio Nogueira Batista  
Bel. Adriano Martins Florêncio

TRIBUNAL DE JUSTICA - Prov. 06/10	
EMOLUMENTOS	1.744,02
FERMOJU	90,61
ACM	0,00
PERC	18,25
TOTAL	1.842,88
SFLO	34649



## PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CEARÁ

LEI Nº 228, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

## AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE IMÓVEIS E A DOAÇÃO COM ENCARGOS A ENTIDADES PRIVADAS, PARA OS FINS QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AQUIRAZ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono:

Art. 1º Ficam desafetados os bens imóveis a seguir discriminados, áreas de ruas pertencentes ao Município de Aquiraz, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, legais ou convencionais, passando a integrar o seu patrimônio dominial:

I - Terreno 05 (Rua H) - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por parte da RUA H, localizado do lado ímpar com parte da H, por onde tem acesso, distando 100,00m para o lado esquerdo (nascente) para a Rua G e distando 100,00m para o lado direito (poente) para a Rua I, de forma regular, medindo 12,00m pelas linhas de frente e fundos e 100,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 1.200,00m², extremado: Ao SUL (FRENTE) medindo 12,00m extremado com parte da Rua H, por onde tem acesso; Ao NORTE (FUNDOS) medindo 12,00m extremado também com parte da Rua H; Ao NASCENTE (LADO ESQUERDO) medindo 100,00m, sendo 29,00m extremado com os lotes nºs 07, 08 e parte do lote nº 06 da quadra 45 do lot. PARQUE GIBÓIA, 12,00m extremado com parte da Rua P e mais 59,00m extremado com os lotes nºs 01, 02, 03, 04 e parte do lote nº 05 da quadra nº 44 do loteamento PARQUE GIBÓIA; Ao POENTE (LADO DIREITO) medindo 100,00m, sendo 29,00m extremado com partes dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra nº 37 do lot. PARQUE GIBÓIA, 12,00m extremado com parte da Rua P e mais 59,00m extremado com parte dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra nº 36 do lot. PARQUE GIBÓIA.

II - Terreno 06 (1ª Parte da Rua P) - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por parte da RUA P, localizado do lado par da Rua H, por onde tem acesso, distando 100,00m para o lado esquerdo (norte) para a Rua O e distando 100,00m para o lado direito (sul) para a Rua Q, de forma regular, medindo 12,00m pelas linhas de frente e fundos e 3,50m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 66,00m² extremado: Ao NASCENTE (FRENTE) medindo 12,00m extremado com Rua H; Ao POENTE (FUNDOS) medindo 12,00m extremado com parte da Rua P; Ao NORTE (LADO ESQUERDO) medindo 5,50m extremado com parte do lote nº 19 da quadra nº 36 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao SUL (LADO DIREITO) medindo 5,50m extremado com parte do lote nº 12 da quadra nº 37 do lot. PARQUE GIBÓIA.

III - Terreno 07 (2ª Parte da Rua P) - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por parte da RUA P, localizado do lado ímpar da Rua H, distando 100,00m para o lado esquerdo (sul) para a Rua Q e distando 100,00m para o lado direito (norte) para a Avenida O, de forma regular, medindo 12,00m pelas linhas de frente e fundos e 82,50m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 990,00m², extremado: Ao POENTE (FRENTE) medindo 12,00m extremado com Rua H, por onde tem acesso; Ao NASCENTE (FUNDOS) medindo 12,00m extremado com parte da Rua P; Ao NORTE (LADO DIREITO) medindo 82,50m extremado com os lotes nºs 01, 20, 21, 22 e parte do lote nº 19 da quadra nº 44 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao SUL (LADO ESQUERDO) medindo 82,50m extremado com o lote nº 08 e partes dos lotes nºs 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da quadra nº 45 do lot. PARQUE GIBÓIA.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação dos bens imóveis abaixo relacionados à empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARÁ, nome de fantasia CEGAS, empresa brasileira tida como Sociedade de Economia Mista do Estado do Ceará, inscrita nº CNPJ/MF sob o nº 73.759.185/0001-96, representada por sua Diretoria Executiva composta pelos DIRETOR PRESIDENTE (Ata da 88ª Reunião do Conselho de Administração), ANTONIO ELBANO CAMBRAIA, RG nº 96002146783 SSP/CE e CPF/MF nº 002.871.723-68, DIRETOR TÉCNICO-COMERCIAL (Ata da 73ª Reunião do Conselho de Administração), ALOÍSIO NUNES DE ARRUDA, RG nº 2003002209263 2ª via SSPDS/CE e CPF/ME nº 235.589.273-00, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (Ata da 67ª Reunião do Conselho de Administração), JORGE OTOCH JUNIOR, RG nº 2003002184023 SSPDC/CE e CPF/MF nº 188.879.883-15, empresa com sede administrativa na Avenida Santos Dumont, nº 7700, Bairro Dunas, CEP 60.190-800, FORTALEZA - Ceará.

I) Terreno 01 - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por partes dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra nº 37, localizado do lado par da Rua P, fazendo esquina pelo lado direito (nascente) com a Rua H, de forma regular, medindo 5,50m pelas linhas de frente e fundos e 29,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 159,50m², extremado: Ao NORTE (FRENTE) medindo 5,50m extremado com a dita Rua P; Ao SUL (FUNDOS) medindo 5,50m extremado com parte do lote nº 14 da quadra nº 37 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao NASCENTE (LADO DIREITO) medindo 29,00m extremado com a Rua H; Ao POENTE (LADO ESQUERDO) medindo 29,00m extremado com parte dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra 37 do dito lot. PARQUE GIBÓIA. II) Terreno 02 - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do

Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por partes dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra nº 36, localizado do lado ímpar da Rua P, fazendo esquina pelo lado esquerdo (nascente) com a Rua H, de forma regular, medindo 5,50m pelas linhas de frente e fundos e 59,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 324,50m², extremado: Ao SUL (FRENTE) medindo 5,50m extremado com a dita Rua P; Ao NORTE (FUNDOS) medindo 5,50m extremado com parte do lote nº 15 da quadra nº 36 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao NASCENTE (LADO ESQUERDO) medindo 59,00m extremado com a Rua H; Ao POENTE (LADO DIREITO) medindo 59,00m extremado com parte dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra 36 do dito lot. PARQUE GIBÓIA.

III) Terreno 03 - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído pelos lotes nºs 07 e 08 e partes dos lotes nºs 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da quadra nº 45, localizado do lado par da Rua P, fazendo esquina pelo lado esquerdo (poente) com a Rua H, de forma regular, medindo 82,50m pelas linhas de frente e fundos e 29,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 2.392,50m², extremado: Ao NORTE (FRENTE) medindo 82,50m extremado com a dita Rua P; Ao SUL (FUNDOS) medindo 82,50m extremado com parte dos lotes nºs 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da quadra nº 45 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao POENTE (LADO ESQUERDO) medindo 29,00m extremado com a Rua H; Ao NASCENTE (LADO DIREITO) medindo 29,00m extremado com parte dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra 45 do dito lot. PARQUE GIBÓIA.

IV) Terreno 04 - Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído pelos lotes nºs 01, 02, 03, 04, 20, 21, 22 e partes dos lotes nºs 05, 09, 10, 11, 15, 16, 17, 18 e 19 quadra nº 44, localizado do lado ímpar da Rua P, fazendo esquina pelo lado direito (poente) com a Rua H, de forma regular, medindo 82,50m pelas linhas de frente e fundos e 59,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 4.867,50m², extremado: Ao SUL (FRENTE) medindo 82,50m extremado com a dita Rua P; Ao NORTE (FUNDOS) medindo 82,50m extremado com parte dos lotes nºs 05, 09, 10, 11 e 15 da quadra nº 44 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao POENTE (LADO DIREITO) medindo 59,00m extremado com a Rua H; Ao NASCENTE (LADO ESQUERDO) medindo 59,00m extremado com parte dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra 44 do dito lot. PARQUE GIBÓIA.

Parágrafo Único. A doação dos imóveis de que trata esta Lei, devidamente avaliados em sua totalidade, em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), é de interesse público, especificamente voltado para a instalação do Ponto de Entrega da CEGAS/PETROBRAS, da rede de Gasoduto instalada no Distrito Industrial de Camará, destinado ao segmento industrial, com o objetivo de expandir a rede mantendo a garantia de segurança na distribuição de gás natural, o que promoverá franco benefício ao progresso do Município.

Art. 3º A doação de que trata a presente Lei é representada pelo imóvel abaixo discriminado, tido e considerado como TERRENO UNIFICADO, na forma do Memorial Descritivo, supra.

Um terreno situado no lugar GIBÓIA, distrito de Camará, da Comarca de Aquiraz, Estado do Ceará, denominado PARQUE GIBÓIA, constituído por partes dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra nº 37, constituído por partes dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra nº 36, constituído pelos lotes nºs 07 e 08 e partes dos lotes nºs 06, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da quadra nº 45, constituído pelos lotes nºs 01, 02, 03, 04, 20, 21, 22 e partes dos lotes nºs 05, 09, 10, 11, 15, 16, 17, 18 e 19 quadra nº 44, constituído por parte da RUA H e constituído por parte da RUA P, de forma regular, medindo 100,00m pelas linhas de frente e fundos e 100,00m pelas linhas laterais, perfazendo uma área total de 10.000,00m², localizado do lado par da Rua H, por onde tem acesso, distando 94,50m para lado esquerdo (poente) com a Rua I, extremado: Ao NORTE (FRENTE) medindo 100,00m; sendo: 82,50m extremado com partes dos lotes nºs 15, 11, 10, 09 e 05 da quadra nº 44 do lot. Parque GIBÓIA, 12,00m extremado com parte da Rua H do lot. Parque GIBÓIA e mais 5,50m extremado com parte do lote nº 15 da quadra nº 36; Ao SUL (FUNDOS) medindo 100,00m; sendo: 82,50m extremado com partes dos lotes nºs 14, 11, 10, 09 e 06 da quadra nº 45 do lot. Parque GIBÓIA, 12,00m extremado com parte da Rua H do lot. Parque GIBÓIA e mais 5,50m extremado com parte do lote nº 14 da quadra nº 37 do lot. Parque GIBÓIA; Ao NASCENTE (LADO DIREITO) medindo 100,00m, sendo: 59,00m extremado com partes dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra nº 44 do lot. Parque GIBÓIA, 12,00m com parte da Rua P do lot. Parque GIBÓIA e mais 29,00m extremado com partes dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra nº 37 do lot. PARQUE GIBÓIA; Ao POENTE (LADO ESQUERDO) medindo 100,00m, sendo: 59,00m extremado com partes dos lotes nºs 15, 16, 17, 18 e 19 da quadra nº 36 do lot. Parque GIBÓIA, 12,00m com parte da Rua P do lot. Parque GIBÓIA e mais 29,00m extremado com partes dos lotes nºs 12, 13 e 14 da quadra nº 37 do lot. PARQUE GIBÓIA.

Art. 4º A doação de que trata esta lei, será realizada nos termos do artigo 17, da lei nº 8.666/93 e da Lei Orgânica do Município de Aquiraz.

Art. 5º O terreno unificado supra relacionado, objeto de doação, nos termos do art. 2º desta lei, agregam os seguintes encargos condicionantes: a) Os imóveis ora doados serão utilizados, em sua totalidade, com a exploração da atividade comercial e/ou industrial a que se destina, conforme prescreve o § único do artigo 2º desta Lei;

b) O donatário obriga-se a iniciar os trabalhos de construção e implantação da empresa a que se destina, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), sob pena de incidir, na hipótese, a reversão de que versa o §1º deste



artigo;

c) O donatário arcará com os ônus decorrentes da lavratura dos respectivos instrumentos públicos de doação com encargos e respectivos de registro;

d) O donatário obriga-se a cumprir fielmente as normas vigentes e a vigor, relativas à proteção do meio ambiente;

e) O donatário obriga-se a facilitar a fiscalização da Prefeitura Municipal de Aquiraz no acompanhamento da instalação e funcionamento da referida empresa, cujo projeto será submetido à aprovação prévia da Prefeitura;

f) O donatário compromete-se a contratar, preferencialmente, mão de obra local, inclusive nos serviços terceirizados que venha a contratar.

§ 1º - O eventual descumprimento da finalidade exposta no caput deste artigo ensejará na reversão dos bens imóveis doados para o patrimônio do Município de Aquiraz.

§ 2º - É vedada a transferência, a título de alienação onerosa ou gratuita, de quaisquer dos direitos sobre as áreas doadas, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo, porém, ser objeto de garantia real junto a instituição financeira nacional para fins de financiamento bancário, caso em que a cláusula de inalienabilidade não surtirá efeito.

§ 3º - Ocorrerá também a reversão dos imóveis objetos da presente doação para o patrimônio municipal, no caso de falência, concordata ou mudança de domicílio da empresa no prazo de 10 anos.

Art. 6º. Em caso de falência, concordata, mudança de domicílio ou o não cumprimento, por parte da empresa donatária, de quaisquer das condições estabelecidas, bem como a paralisação das atividades determinadas, nas áreas objeto da doação com encargos de que versa esta lei, por qualquer motivo, no prazo de 10 (dez) anos, implica na obrigação da donatária de indenizar o Município pelo valor dos imóveis, objeto de doação, tomando como parâmetro, para tanto, o valor de mercado dos mesmos imóveis, na data do cumprimento da obrigação, sendo procedida a competente avaliação, por parte do pessoal designado pelo Município ou pelo valor corrigido do imóvel, prevalecendo, na ocasião, o que for mais favorável ao Município.

Art. 7º. Os prazos estabelecidos nesta lei são contados a partir da data da sua publicação.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ, aos 17 do mês de novembro do ano de 2011.

EDSON SÁ  
Prefeito Municipal

\*\*\* \*\*

**ITAUEIRA AGROPECUÁRIA S/A CNPJ Nº 07.231.103/0001-01 - NIRC 233.000.180-79 - Ata da 30ª Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Novembro de 2011, lavrada em forma de sumário. Data - 16 de Novembro de 2011. Local e Hora - Sede social, situada na Rua João Lobo Filho, 423, Bairro de Fátima, Fortaleza-Ce, às 09:00h, CEP 60.055-360. Convocação e Publicações - Edital de Convocação, publicado no "Diário Oficial do Estado", edições de 07/11/2011 pág. 91, 08/11/2011 pág. 209 e 09/11/2011 pág. 117 e no jornal "O Estado", edições de 07/11/2011 pág. 14, 08/11/2011 pág. 12 e 09/11/2011 pág. 12. Presença - A maioria dos acionistas, representando 99% do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro de "Presença de Acionistas". Mesa - Carlos Prado, Presidente e Conceição de Maria Gomes de Araújo Costa, Secretária. Ordem do Dia - a) Conversão de ações ordinárias e preferenciais nominativas sem valor nominal para ações ordinárias e preferenciais nominativas com valor nominal; b) Outros assuntos de interesse social. Deliberações - Foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, o seguinte: 1) A transformação do capital social representado por ações nominativas sem valor nominal para ações nominativas com valor nominal e, por consequência, a alteração do Art. 5º do Estatuto Social, a saber: "Art. 5º - O Capital Autorizado da sociedade é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigido anualmente pela Assembleia Geral, representado por ações nominativas, com valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada uma, sendo: a) R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) equivalentes a 1.920 (um mil, novecentas e vinte) ações ordinárias nominativas; b) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) equivalentes a 80 (oitenta) ações preferenciais nominativas Classe "A", sem direito voto." 2) O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 12.825.000,00 e está assim distribuído:**

Tipo de Ação	Acionistas	nº de ações
Ordinária	CEMAG	42
Ordinária	Carlos Prado	419
Ordinária	J. Roberto Prado	52
<b>TOTAL</b>		<b>513</b>

3) Consolidação do Estatuto Social com a alteração do Art. 5º aprovada por esta Assembleia. Encerramento - Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberto os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada. Confere com o original lavrado no livro próprio. Carlos Prado - Presidente, Conceição de Maria Gomes de Araújo Costa - Secretária. "O Estatuto Social consolidado encontra-se disponível na Junta Comercial do Estado do Ceará". Ata arquivada na JUCEC sob nº 20112349838 por despacho do Dr. Haroldo Fernandes Moreira em 07/12/2011.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORADA NOVA - LEI Nº 1.578, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Altera a Lei nº 1.472, de 20 de fevereiro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE MORADA NOVA. Faço saber que a Câmara Municipal de Morada Nova aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º Os artigos 14, 15 e 17 da Lei nº 1.472, de 20 de fevereiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 14. O Instituto de Meio Ambiente de Morada Nova - IMAMN terá a seguinte estrutura organizacional básica: - Órgão de Direção Executiva: I - Presidência; II - Diretoria Executiva Administrativa e Financeira III - Diretoria Executiva Técnica e Operacional. 2 - Órgão de Execução Programática: I - Setor Administrativo e Financeiro; II - Setor de Planejamento, Projetos e Educação Ambiental; III - Setor de Controle, Fiscalização e Licenciamento. "Art. 15. Ficam criados na estrutura organizacional do IMAMN os cargos de provimento em comissão a seguir elencados, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de livre nomeação e exoneração, que constituirão o Órgão de Direção Executiva: I - 01(um) de Presidente; II - 02(dois) de Diretor Executivo; III - 03(três) de Chefe de Setor. "Art. 17. Os cargos de provimento em comissão da estrutura organizacional do IMAMN são os estabelecidos no artigo 15 desta Lei. Art. 2º Ficam acrescidos à Lei nº 1.472, de 20 de fevereiro de 2009, os artigos a seguir enumerados com a seguinte redação: Art. 14-A. O Órgão de Direção Executiva é o responsável pela direção, gerenciamento e administração do IMAMN. §1º No caso de afastamento ou impedimento do titular ou vacância do cargo assumirá, interinamente, o Diretor Executivo Administrativo e Financeiro. §2º As atribuições dos cargos que compõem a estrutura organizacional do IMAMN serão dispostas conforme Regulamento baixado por Decreto do Chefe do Poder Executivo. "Art. 15-A. A remuneração dos cargos criados de acordo com o artigo 15 desta Lei obedecerá à seguinte disposição: I - para o cargo de provimento em comissão de Presidente, símbolo APM, corresponderá o valor percebido por Secretário Municipal; II - para os cargos de provimento em comissão de Diretor Executivo, símbolo DEX, corresponderá o valor igual a 50% (cinquenta por cento) da remuneração percebida pelo Presidente, sendo: a) 10% (dez por cento) como vencimento base; 90% (noventa por cento) como gratificação de representação. III - para os cargos de provimento em comissão de Chefe do Setor, símbolo SET, corresponderá o valor igual a 20% (vinte por cento) da remuneração percebida pelo Presidente, sendo: a) 10% (dez por cento) como vencimento base; b) 90% (noventa por cento) como gratificação de representação. "Art. 15-B. O Presidente do IMAMN é do mesmo nível hierárquico e goza das mesmas prerrogativas e honras do cargo de Secretário Municipal. "Art. 23-A. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do IMAMN, que poderão suplementadas se forem insuficientes. Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA PREFEITURA DE MORADA NOVA, em 18 de novembro de 2011. GLAUBER BARBOSA CASTRO. Prefeito Municipal.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2011.12.14.1. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Horizonte, em cumprimento à ratificação procedida pela Secretária Municipal de Finanças, faz publicar o extrato resumido do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação a seguir: Dispensa de Licitação Nº 2011.12.14.1. Fundamentação Legal: Artigo 24, inciso V e VIII, da Lei Nº 8.666/93. Objeto: Contratação do Banco do Brasil S.A., instituição creditícia e Financeira do Governo Federal, constituída sob a forma de sociedade anônima aberta, de Economia mista, para Prestação de Serviços Bancários descritos em Anexo, inscrito no CNPJ sob o Nº 00.000.000/0001-91, com sede na Capital Federal, Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco "C", Edifício Sede III, 24º andar. Valor: R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Fonte de Recursos: Os aportes dos recursos serão devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2011. Dotação Orçamentária: 04.01.04.123.0002.2.017 - 33.90.39.00. Prazo de Execução: 60 (sessenta) meses. Declaração de Dispensa de Licitação emitida pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Washington Luis Soares dos Santos e Ratificada pela Secretária Municipal de Finanças - Maria Velúcia Nogueira do Carmo. Data: 14 de Dezembro de 2011.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CATARINA - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL. A Prefeitura Municipal de Catarina, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará Licitação na Modalidade Tomada de Preços, autuada sob o Nº 005/2011 - PMC, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Fornecimento de Combustíveis e Lubrificantes para a Frota de Veículos Municipais durante o Exercício Financeiro de 2012, conforme especificações contidas no Anexo I do presente Edital. Tipo Menor Preço, com data de abertura marcada para o dia 30 de Dezembro de 2011, às 08:00 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação. Maiores informações pelo telefone (0XX88) 3556-1167. Catarina-CE, 15 de Dezembro de 2011. À COMISSÃO.**



**LEI Nº 971/2012, DE 20 DE JULHO DE 2012**

DA NOVA REDAÇÃO AO *CAPUT* DOS ARTS. 2º 3º E 5º DA LEI Nº. 928/2011, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono:

**Art. 1º.** Fica alterado o *caput* do artigo 2º da Lei nº 928/2011, de 17 de novembro de 2011, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação dos bens imóveis abaixo relacionados, bem como dos constantes do art. 1º desta lei (terrenos 1 a 7), à empresa COMPANHIA DE GAS DO CEARÁ, nome de fantasia CEGAS, empresa brasileira tida como Sociedade de Economia Mista do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.759.185/0001-96, representada por sua Diretoria Executiva composta pelo DIRETOR PRESIDENTE (Ata da 88ª Reunião do Conselho de Administração), ANTONIO ELBANO CAMBRAIA, RG Nº 96002146783 SSP/CE e CPF/MF nº 002.871.723-68, DIRETOR TÉCNICO-COMERCIAL (Ata da 73ª Reunião do Conselho de Administração), ALOISIO NUNES DE ARRUDA, RG. nº 2003002209263 2ª via SSPDS/CE e CPF/ME nº 235.589.273-00, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (Ata da 67ª Reunião do Conselho de Administração), JORGE OTOCH JUNIOR, RG. 2003002184023 SSPDC/CE e CPF/MF nº 188.879.883-15, empresa com sede administrativa na Avenida Santos Dumont, nº 7700, Bairro Dunas, CEP 60.190-800, FORTALEZA - Ceará."

**Art. 2º.** Fica alterado o *caput* do artigo 3º da Lei nº 928/2011, de 17 de novembro de 2011, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º. A doação de que trata a presente Lei é representada pelos imóveis constantes dos arts. 1º e 2º desta lei (terrenos 1 a 7), considerado como TERRENO UNIFICADO na forma do Memorial Descritivo, consoante abaixo discriminado:"

**Art. 3º.** Fica alterado o *caput* do artigo 5º da Lei nº 928/2011, de 17 de novembro de 2011, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 5º. O terreno unificado supra, objeto da doação constante desta lei, agrega os seguintes encargos condicionantes:"

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, aos 20 de Julho de 2012.

**EDSON SÁ**  
Prefeito Municipal

\*\*\* \*\*

**TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.**

NIRE 23.3.0002.066-9  
CNPJ/ MF nº 02.281.836/0001-37  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos senhores acionistas que em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia, ambas na proporção de 100 (cem) para 1 (uma), sem que haja qualquer alteração no valor total do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares. Conforme deliberado na mesma Assembleia Geral fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste aviso, para os acionistas que, em decorrência do grupamento, passem a ser titulares de menos que 1 ação possam, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas respectivas posições, o que se dará mediante doação pela acionista controladora – Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (CNPJ nº 33.042.730/0001-04) de uma 1 (uma) ação de emissão da Companhia, já considerados os efeitos do grupamento, da respectiva espécie e classe. Transcorrido o prazo para o ajuste pelos acionistas de suas posições acionárias, as frações de ações que restarem serão canceladas pela Companhia que colocará à disposição dos acionistas que tiverem frações canceladas o valor correspondente às mesmas, o qual será equivalente à fração detida pelo acionista multiplicada pelo valor patrimonial da ação pós-grupamento calculado com base no balanço de 30 de junho de 2012: R\$ 55,27 (cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos) por ação/pós-grupamento. Para tanto, o acionista que tiver interesse em ajustar sua posição ou receber o valor correspondente às frações canceladas deverá entrar em contato com o setor de relações com investidores da Companhia, na sede da Companhia ou pelo telefone (085) 4008.2500. Fortaleza, 18 de outubro de 2012.

Ricardo Fernandes  
Diretor de Relações com Investidores

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2012 - SAÚDE.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aracoiaba torna público para conhecimento dos interessados que no dia 05 de Novembro de 2012 às 09h00min, no auditório da Secretaria de Saúde, Localizado na Rua Getúlio Vargas 139, Centro Aracoiaba – Ceará, estará iniciando a Tomada de Preço nº. 06/2012 – Saúde, objeto: Construção da Academia da Saúde na Sede, mediante as condições estabelecidas no Edital, maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão de licitação no horário de 08:00 às 12:00h. Maiores informações tel. 085 3337.50.27. Aracoiaba - CE, 18 de Outubro de 2012. **Francisco Moreira da Silva - Presidente.**

**AUGE MOTOS LTDA**

NIRE 2320068323-2

CNPJ n.º 00937829/0001-15

**EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE SÓCIOS**

**ROBERTO FONSECA FONTENELE**, na condição de sócio-administrador da RF PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 00393163/0001-81, e na junta comercial do estado do Ceará sob o NIRE 2320065129-2, com sede na Avenida Abolição, n.º 3783, Bairro: Mucuripe, CEP: 60.165-081, sendo esta por sua vez administradora da empresa AUGE MOTOS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o n.º 00937829/0001-15, e na junta comercial do estado do Ceará sob o NIRE 2320068323-2, vem convocar os sócios da referida AUGE MOTOS, a comparecerem à Reunião dos Sócios a ser realizada no dia 05 (cinco) de novembro de 2012, às 10:00 (dez horas) horas, na sede social da empresa localizada na Avenida Bezerra de Menezes, n.º 1665, Bairro: São Gerardo, CEP: 60325-004, Fortaleza ? CE, para discutir e votar a seguinte ordem do dia: (a) ratificação do aumento do capital social com recursos próprios da sócia RF Participações Ltda.; (b) outros assuntos de interesse da sociedade relativos ao aumento de capital deliberado.

Fortaleza - CE, 05 de outubro de 2012.

**RF PARTICIPAÇÕES LTDA**  
**ROBERTO FONSECA FONTENELE**  
ADMINISTRADOR

\*\*\* \*\*

**ESMALTEC S/A**

CNPJ Nº 02.948.030/0001-50

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Pelo presente, ficam os Senhores Acionistas da ESMALTEC S/A, convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social à Praça da Imprensa, bairro da Aldeota, nesta Capital, às 9:00 (nove) horas do dia 29 de outubro do corrente ano, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

a) deliberar sobre o aumento do capital autorizado; b) deliberar sobre o aumento do capital social da empresa mediante a subscrição e integralização de ações por parte do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, com recursos previstos no artigo 9º, da Lei nº 8.167, de 16/01/1991, bem como todas as providências que bastarem à efetivação da transação de captação de investimentos junto ao BNB/FINOR; e c) o que mais ocorrer.

Fortaleza, 17 de outubro de 2012.

Yolanda Vidal Queiroz  
Diretora Presidente

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Aviso de Julgamento – Pregão nº 2012.09.28.1.** A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Mauriti, Estado do Ceará, no uso de suas funções, torna público, para conhecimento dos interessados, que fora concluído o julgamento final do Pregão nº 2012.09.28.1, sendo o seguinte: Empresa(s) Vencedora(s) - **FRANCISCA MARLENE DANTAS BARBOSA DE SANTANA - ME**, vencedora junto ao Lote 01, com proposta final no valor total de R\$ 102.276,84 (cento e dois mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) e **A E MOREIRA DA SILVA MERCADINHO**, vencedora junto aos Lotes 02 e 03, com proposta final no valor total de R\$ 71.261,24 (setenta e um mil duzentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos), sendo as referidas empresas declaradas habilitadas por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Otávio Pimenta de Sousa, s/nº, 2º andar, Centro – Mauriti/CE, ou pelo telefone (88) 3552-1300, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Mauriti/CE, 17 de outubro de 2012. **Ducinéia Felinto Braga Lacerda - Pregoeira Oficial do Município.**

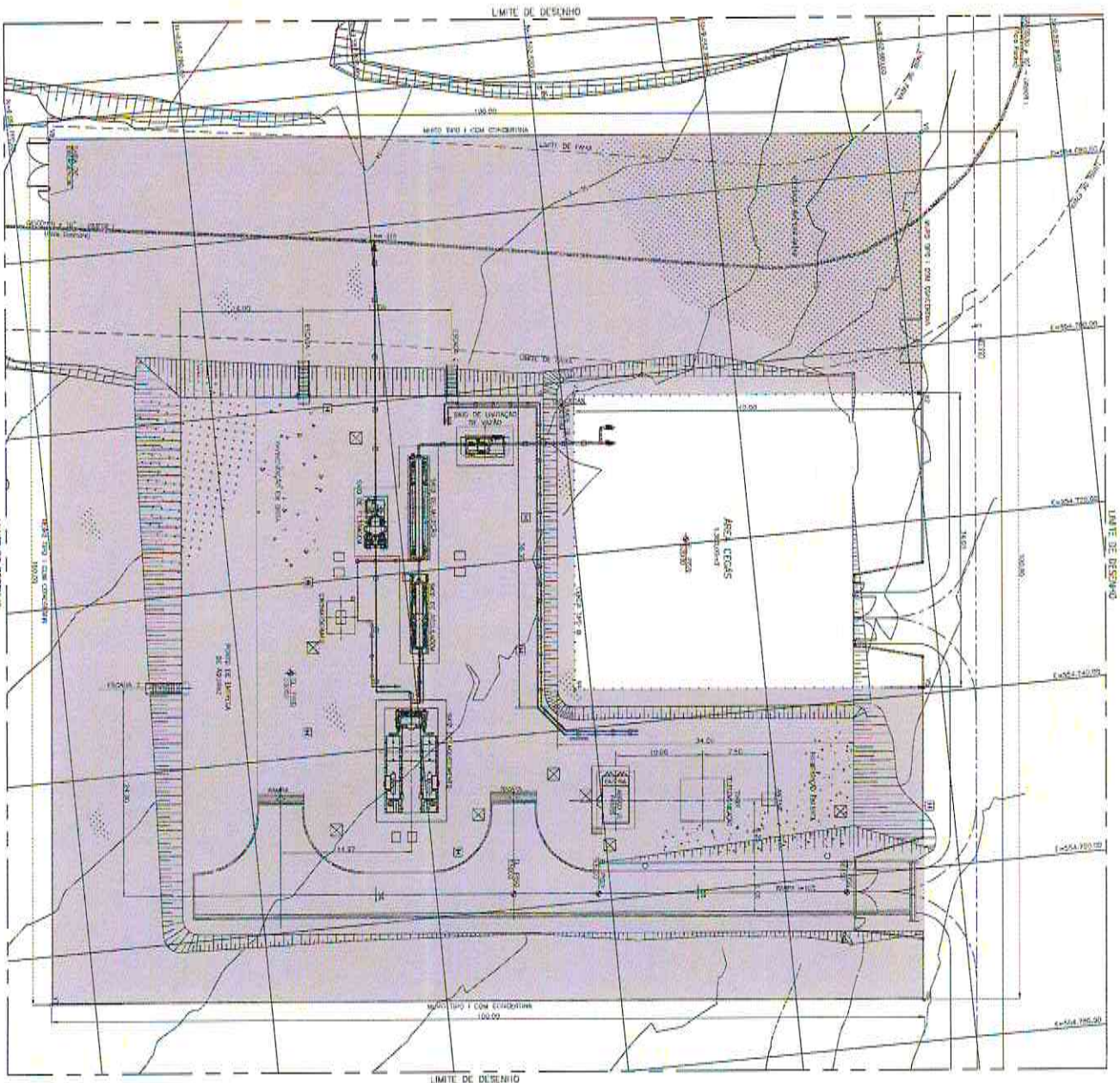
\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Aviso de Licitação – Pregão nº 2012.10.18.1.** A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Mauriti, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, licitação na modalidade Pregão nº 2012.10.18.1, do tipo presencial, cujo objeto é a contratação de serviços especializados a serem prestados na confecção de material de uso publicitário destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Mauriti/CE, conforme especificações constantes no Edital Convocatório, com recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação marcado para o dia 01 de novembro de 2012, às 08:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Rua Otávio Pimenta de Sousa, s/nº - 2º andar – Centro – Mauriti/CE. Entrega de Editais no mesmo local de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações pelo telefone (0\*\*88) 3552-1300. Mauriti/CE, 18 de outubro de 2012. **Ducinéia Felinto Braga Lacerda - Pregoeira Oficial do Município.**

\*\*\* \*\*







ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
02	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
03	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
04	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
05	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
06	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
07	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
08	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
09	1.000	m²	1.500,00	1.500,00
10	1.000	m²	1.500,00	1.500,00

DOCUMENTOS DE REFERENCIA

- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000
- BR-1400-00-00-00-00-00 - Plano de Trabalho - 14.000

LEGENDA

- 1 - Loteamento
- 2 - Loteamento
- 3 - Loteamento
- 4 - Loteamento
- 5 - Loteamento
- 6 - Loteamento
- 7 - Loteamento
- 8 - Loteamento
- 9 - Loteamento
- 10 - Loteamento
- 11 - Loteamento
- 12 - Loteamento
- 13 - Loteamento
- 14 - Loteamento
- 15 - Loteamento
- 16 - Loteamento
- 17 - Loteamento
- 18 - Loteamento
- 19 - Loteamento
- 20 - Loteamento
- 21 - Loteamento
- 22 - Loteamento
- 23 - Loteamento
- 24 - Loteamento
- 25 - Loteamento
- 26 - Loteamento
- 27 - Loteamento
- 28 - Loteamento
- 29 - Loteamento
- 30 - Loteamento
- 31 - Loteamento
- 32 - Loteamento
- 33 - Loteamento
- 34 - Loteamento
- 35 - Loteamento
- 36 - Loteamento
- 37 - Loteamento
- 38 - Loteamento
- 39 - Loteamento
- 40 - Loteamento
- 41 - Loteamento
- 42 - Loteamento
- 43 - Loteamento
- 44 - Loteamento
- 45 - Loteamento
- 46 - Loteamento
- 47 - Loteamento
- 48 - Loteamento
- 49 - Loteamento
- 50 - Loteamento
- 51 - Loteamento
- 52 - Loteamento
- 53 - Loteamento
- 54 - Loteamento
- 55 - Loteamento
- 56 - Loteamento
- 57 - Loteamento
- 58 - Loteamento
- 59 - Loteamento
- 60 - Loteamento
- 61 - Loteamento
- 62 - Loteamento
- 63 - Loteamento
- 64 - Loteamento
- 65 - Loteamento
- 66 - Loteamento
- 67 - Loteamento
- 68 - Loteamento
- 69 - Loteamento
- 70 - Loteamento
- 71 - Loteamento
- 72 - Loteamento
- 73 - Loteamento
- 74 - Loteamento
- 75 - Loteamento
- 76 - Loteamento
- 77 - Loteamento
- 78 - Loteamento
- 79 - Loteamento
- 80 - Loteamento
- 81 - Loteamento
- 82 - Loteamento
- 83 - Loteamento
- 84 - Loteamento
- 85 - Loteamento
- 86 - Loteamento
- 87 - Loteamento
- 88 - Loteamento
- 89 - Loteamento
- 90 - Loteamento
- 91 - Loteamento
- 92 - Loteamento
- 93 - Loteamento
- 94 - Loteamento
- 95 - Loteamento
- 96 - Loteamento
- 97 - Loteamento
- 98 - Loteamento
- 99 - Loteamento
- 100 - Loteamento

1	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
2	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
3	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
4	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
5	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
6	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
7	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
8	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
9	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
10	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA

PLANTA DE APROVAÇÃO

1	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
2	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
3	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
4	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
5	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
6	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
7	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
8	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
9	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA
10	AP CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	PROJETO DE ARQUITETURA	PROJETO DE ARQUITETURA





CEGÁS  
03

 <b>TRANSPETRO</b>	 <b>TAG</b>	 <b>CEGÁS</b> COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
<b>PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES</b>		

O presente Protocolo de Responsabilidades é celebrado entre o **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE**, doravante denominado **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE**, um consórcio devidamente constituído e organizado sob as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Av. República do Chile, nº 65, 12º andar, ala 1201, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil e de outro lado a **CEGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ**, sociedade anônima com sede na Av. Washington Soares, 55, 11º andar - Edifício Empresarial Iguatemi, Bairro Cocó – CEP. 60.811-341- Fortaleza - Ceará, Brasil, doravante denominada **CEGÁS**, representada na forma do seu estatuto social; a **PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO**, sociedade anônima com sede na Avenida Presidente Vargas nº. 328 – Centro, Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 02.709.449/0001-59 doravante denominada **TRANSPETRO** na qualidade de **INTERVENIENTE**.

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ-CEGÁS** é concessionária responsável pela distribuição de gás canalizado no Estado do Ceará e, como tal, proprietária dos ativos necessários para recebimento, odorização e distribuição do gás;
- b) a **TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG** é a proprietária da **ESTAÇÃO DE ENTREGA de Aquiraz** localizada no Gasoduto Fortaleza (GASFOR) também de sua propriedade;
- c) o **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** é constituído pelas empresas **TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG**, **PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO**, **NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE – NTN**, e **NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S/A – NTS**, com o objetivo de prestar o serviço de transporte de gás natural através dos Contratos de Transporte de Gás dos Gasodutos da Malha Nordeste de Transporte de Gás Natural;

*[Handwritten signatures and initials]*



		 <small>COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ</small>
<p align="center"><b>PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES</b></p>		

d) o **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** é a transportadora autorizada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP a operar a **Estação de Entrega de Aquiraz**.

e) no **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** a **TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG** é a Líder do Consórcio;

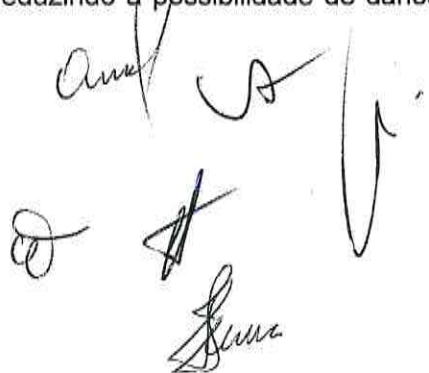
f) no **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** as atividades de operação e manutenção dos ativos são desenvolvidas pela **PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO**.

ISTO POSTO, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Protocolo de Responsabilidades, observando as condições abaixo estabelecidas:

## 1. OBJETO

Constitui objeto do presente Protocolo de Responsabilidades definir as responsabilidades de operação, manutenção e preservação da integridade das instalações, como também os procedimentos integrados entre a **CEGÁS** e o **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** no PONTO DE ENTREGA (“LIMITE DE BATERIA”) entre o ativo de propriedade da CEGÁS e a ESTAÇÃO DE ENTREGA da TAG (Estação de Aquiraz) onde ocorre a transferência da custódia do gás.

Esses processos visam à coordenação e à otimização das ações operacionais necessárias para garantir o fornecimento de gás natural com pontualidade e qualidade, propiciando confiabilidade e segurança operacional e das pessoas, reduzindo a possibilidade de danos ao meio ambiente.



		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

## 2. DEFINIÇÕES

### 2.1. ANP

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil, incluindo a atividade de transporte de gás natural.

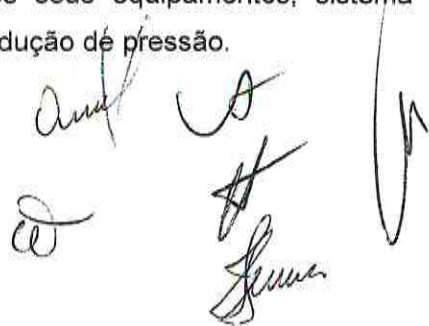
**2.2 ESTAÇÃO DE ENTREGA da TAG**, Estação de Aquiraz, é a instalação da TAG destinada a condicionar, medir e registrar os volumes, pressões e temperatura de gás natural para a transferência de custódia.

**2.3 ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA - ETC da CEGAS** é a instalação da CEGAS destinada a condicionar, medir e registrar os volumes, pressões e temperatura de gás natural para a transferência de custódia.

**2.4 LIMITE DE BATERIA** – É o ponto físico da Estação de Entrega da TAG, Estação de Aquiraz, que se interconecta através de flange de interconexão com a Estação de Transferência de Custódia – ETC da CEGAS.

**2.5 INSTALAÇÕES DA TAG** - São os dutos e todas as instalações correlatas, inclusive compressores, válvulas e outras instalações utilizadas para fornecimento do gás no Limite de Bateria da Estação de Entrega de Aquiraz.

**2.6 INSTALAÇÕES DA CEGÁS** - São as instalações localizadas, a partir do LIMITE DE BATERIA, da Estação de Entrega de Aquiraz da TAG, utilizadas para recebimento do gás, incluindo o sistema de odorização de gás natural com todos os seus equipamentos, sistema de proteção catódica, rede de distribuição e estações de redução de pressão.





		
<p align="center"><b>PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES</b></p>		

### **2.7. Centro Nacional de Controle Operacional – CNCO**

É o CCO da TRANSPETRO. O Centro Nacional de Controle Operacional da TRANSPETRO fica localizado na sede da empresa na Av. Presidente Vargas, 328, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.091-060 e é de onde são realizadas todas as operações dos gasodutos e oleodutos operados pela TRANSPETRO. A supervisão do duto é efetuada através do sistema "SCADA", com equipes de Operadores (técnicos e engenheiros) 24 horas por dia e profissionais em sobreaviso na Malha.

A estação BACKUP está localizada no terminal da TRANSPETRO, em Campos Elíseos, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

### **2.8 Centro de Controle Operacional - CCO da CEGAS**

O Centro de Controle Operacional - CCO da CEGAS encontra-se em processo de implantação, e será instalado na Rua Morada Nova nº 100 - Bairro Boa Esperança - Distrito Industrial de Maracanaú-CE, com conclusão da medição automatizada de seus clientes industriais e posto GNV prevista para novembro de 2013 e o controle operacional automatizado de sua rede de distribuição final de 2015.

### **2.9 Centrais de Controle Operacional (CCO's)**

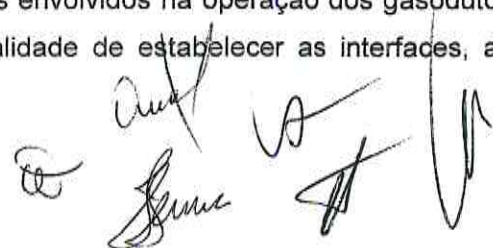
São os respectivos **Centro Nacional de Controle Operacional – CNCO** e o **Centro de Controle Operacional da CEGAS**

### **2.10. IBAMA**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

### **2.11. PMO**

Procedimento Mútuo de Operação, elaborado pelos envolvidos na operação dos gasodutos ou sistema de gasodutos interligados, com a finalidade de estabelecer as interfaces, as



07

		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

ações e os critérios executivos operacionais e definir claramente as responsabilidades em relação às instalações envolvidas.

### 2.12. Plano de Resposta a Emergências - PRE

Documento ou conjunto de documentos que contém informações relativas ao Duto e sua área de influência, aos cenários acidentais e à resposta aos diversos tipos de Emergência passíveis de ocorrência, decorrente de sua construção e operação.

## 3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

### 3.1. Documentos de Referência Obrigatórios:

- N-2246 - OPERAÇÃO DE GASODUTO TERRESTRE E SUBMARINO (TRANSPETRO);
- RESOLUÇÃO ANP N°16/2008;
- Regulamento Técnico de Duto Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural - RTDT n° 02/2011.

### 3.2. Documentos Complementares Obrigatórios:

- PMO (Procedimento Mútuo Operacional), em anexo a este documento;
- Autorizações de Operação;
- Plano de Resposta a Emergências.

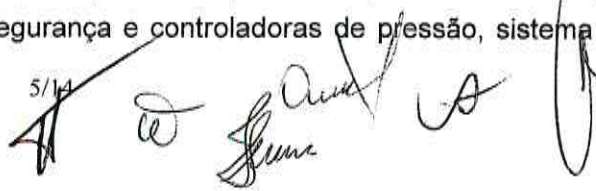
## 4. DESCRIÇÃO

### 4.1. DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES

#### 4.1.1 INSTALAÇÕES DA TAG

Constam das instalações da TAG: Sistema de Filtragem composto por dois filtros combinados, sistema de aquecimento composto por dois aquecedores, sistema de redução de pressão compostos por válvulas de segurança e controladoras de pressão, sistema de

5/14







## PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES

medição composto por placas de orifício e sistema limitação de vazão composto por uma válvula controladora de vazão.

### 4.1.2 INSTALAÇÕES DA CEGÁS

Constam das instalações da CEGÁS: Tramo de medição composto de medidor de vazão ultrassônico de 10"; filtro tipo cesto 10"; conjunto de válvulas para bloqueio/bypass; cromatógrafo de linha; unidade de odorização; corretor de volume e instrumentação de controle automatizado; junta de isolamento monolítica de 10".

### 4.2. LIMITE FÍSICO DE RESPONSABILIDADES

Os limites físicos de responsabilidade, ou Limites de Bateria, são, para cada instalação descrita, o flange de conexão entre as instalações físicas da CEGÁS e as instalações físicas da TAG, operadas pela TRANSPETRO, de acordo com a Figura constante do Anexo I, Procedimento Mútuo Operacional, que ora rubricado pelas partes passa a fazer parte integrante do presente instrumento.

## 5. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 5.1. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CEGAS

5.1.1 A CEGAS responsabiliza-se pela operação e manutenção de suas instalações, até o Limite de Bateria com as instalações operadas pela outra Parte, sendo certo que seus procedimentos seguirão regulamentos internos da CEGAS, bem como, no que for cabível, as normas de regulamentação da ARCE (Agencia Reguladora de Serviços Públicos e Delegados do Estado do Ceará).

5.1.2 Manter, no que lhe seja cabível, os sistemas de informação e comunicação entre as Partes em perfeitas condições de funcionamento.

09

		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

## 5.2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE

5.2.1 O **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** responsabiliza-se pela operação e manutenção de suas instalações, até o LIMITE DE BATERIA com as instalações operadas pela outra Parte, sendo certo que seus procedimentos seguirão regulamentos internos da TAG/TRANSPETRO, bem como, no que for cabível, as normas de regulamentação da ANP.

5.2.2 Manter, no que lhe seja cabível, os sistemas de informação e comunicação entre as Partes em perfeitas condições de funcionamento.

## 5.3. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.3.1. Qualquer anormalidade que possa comprometer a qualidade das informações referentes às variáveis do processo ou à integridade dos equipamentos críticos, observada por uma das Partes deste Protocolo, deverá ser dada ciência à outra Parte.

5.3.2 O **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** manterá os registros operacionais de todas as questões pertinentes ao transporte de gás natural durante cinco anos. A **CEGÁS** e o **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE** mantêm registro das gravações telefônicas (previsão para 2015 no CCO da CEGÁS) efetuadas no Centro de Controle Operacional da **CEGÁS** e no CNCO, respectivamente.

5.3.3. As Partes se comprometem a fornecer informações e disponibilizar dados operacionais uma à outra sempre que solicitado, mediante justificativa para a solicitação e comprovação da necessidade de acesso a esses dados para a continuidade das atividades regulares. É ressaltado o direito às Partes de manterem em sigilo informações que não tenham relação com este Protocolo de Responsabilidades, ou que entendam configurarem informações de sigilo industrial ou empresarial.







		
<b>PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES</b>		

5.3.4 As Partes acordam que as atividades dispostas neste Protocolo de Responsabilidades serão realizadas de modo a não onerar uma à outra.

5.3.5 Durante as inspeções rotineiras da **CEGÁS** e do **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE**, as Partes se comprometem a observar as instalações operadas pela outra Parte quanto a evidências de anormalidades operacionais e/ou patrimoniais. Caso haja suspeita de qualquer anormalidade, esta deve ser comunicada imediatamente.

5.3.6 As inspeções e manutenções efetuadas nas instalações da TAG deverão seguir as normas operacionais e de Segurança, Saúde e Meio Ambiente – SMS da PETROBRAS. As inspeções e manutenções efetuadas nas instalações da **CEGAS** deverão seguir as normas operacionais e de Segurança, Saúde e Meio Ambiente – SMS da **CEGAS**.

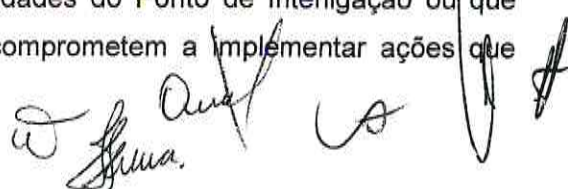
## 6. RESPOSTA A EMERGÊNCIAS E SEGURANÇA OPERACIONAL

A emergência operacional é caracterizada pela interrupção parcial ou total das operações normais devido à ocorrência de eventos que possam colocar em risco a integridade física e a saúde das pessoas, os ativos das empresas, as instalações e/ou as propriedades de terceiros ou o meio ambiente.

6.1. As Partes se comprometem a manter atualizados os seus Planos de Ação de Emergência e/ou Planos de Resposta a Emergências (no Plano de Contingência da CEGÁS), compreendendo a área de responsabilidade de cada empresa e respectivas instalações.

6.2. Dentro de sua área de responsabilidade, conforme Limites de Bateria, as Partes são as responsáveis pelas ações de controle emergencial.

Na possibilidade da ocorrência de eventos e/ou situações de emergência operacional nas instalações da **CEGAS** e/ou da TAG nas proximidades do Ponto de Interligação ou que afetem a operação dos mesmos, as Partes se comprometem a implementar ações que





		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

contribuam para eliminar ou reduzir o impacto para as instalações, a comunidade, o meio ambiente e os empregados das Partes, ainda que o evento ocorra fora da sua área de responsabilidade, até a mobilização do responsável pela coordenação das ações de emergência.

### 6.3. COMUNICAÇÃO EXTERNA EM CASO DE EMERGÊNCIAS.

A comunicação com a imprensa deverá ocorrer conforme regulado no Plano de Resposta a Emergências de cada Parte, devendo as respectivas áreas de comunicação manter compromisso de consulta prévia e mútua sempre que possível.

A comunicação de emergências ao IBAMA, ANP, ARCE, órgãos públicos estaduais e municipais se fará de acordo com os padrões de cada Parte.

### 6.4. AUXÍLIO MÚTUO

Caso se concretize uma situação operacional de emergência, as Partes devem se empenhar em fornecer mutuamente todos os recursos disponíveis que possam auxiliar na eliminação e/ou minimização da ocorrência, até que medidas corretivas finais possam ser implementadas. A coordenação da emergência ficará a cargo da empresa que solicitou o auxílio.

6.4.1. Disponibilização de Recursos Materiais – As Partes se dispõem a mutuamente viabilizar recursos materiais como equipamentos, veículos, peças, e outros materiais, ou ainda outros recursos que possam auxiliar e/ou impedir o alastramento ou a magnitude do evento de emergência, desde que tal ação não afete de imediato a continuidade operacional ou a coloque em risco.

6.4.2. Disponibilização de Recursos Humanos - As Partes se dispõem a colaborar em situações de emergências operacionais com sua mão-de-obra, desde que tais atividades não acarretem prejuízo para as próprias operações em curso. As responsabilidades por



		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

eventuais acidentes com empregados das Partes durante situações emergenciais ou durante operações de rotina são de competência de cada uma das Partes.

**6.5. Realização de Simulados de Emergência** - As Empresas se empenharão em realizar um exercício simulado de emergência conjunto a cada 2 anos de vigência do presente Protocolo. Quando da realização de exercícios simulados externos, a empresa que o estiver realizando poderá convidar a outra empresa a participar como Parte integrante, como observadora ou como avaliadora.

**6.6.** Quaisquer alterações nas instalações que venham a influenciar a operação dos equipamentos e instalações objeto deste Protocolo de Responsabilidades deverão ser comunicadas previamente à outra Parte.

**6.7.** Para a realização de serviços nas instalações deverão ser emitidas Permissões para Trabalho (PT), sendo que nas áreas de responsabilidade do **CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE**, serão utilizados formulários de PT emitidos pela **TRANSPETRO** e nas áreas de responsabilidade da **CEGAS** formulários de PT da **CEGAS**.

Quando da realização de serviços de uma Parte na área de responsabilidade da outra, deverá ser emitida PT em conjunto, utilizando-se o formulário padrão do responsável pelo equipamento.

## **7.MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO**

**7.1.** As Partes se comprometem a dispor de um plano de manutenção e inspeção que garanta, de modo permanente, a integridade física das instalações dentro de seus limites de responsabilidade.

**7.2.** O detalhamento dos planos de inspeção e manutenção de cada empresa será definido pelas Partes separadamente, devendo obedecer às normas técnicas vigentes sobre o assunto e ter foco na segurança e conservação das instalações.

*[Handwritten signatures and initials]*

13

		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

7.3. As Partes, com a anuência dos Carregadores, se comprometem a enviar os planos de manutenção de equipamentos e calibrações de instrumentos à outra Parte, caso sejam solicitados por documento escrito com justificativa para tal solicitação.

## 8. TRANSFERÊNCIA DE CUSTOS

8.1. Os custos operacionais de inspeção e de manutenção recairão sempre sobre o responsável pelo ativo.

## 9. CESSÃO

A cessão do presente Protocolo de Responsabilidades depende da anuência da outra Parte. Em caso de anuência, a Parte cedente deverá permanecer por mais 30 (trinta) dias após a efetiva transferência como co-responsável pelas operações realizadas.

## 10. PRAZO DE VIGÊNCIA


10.1. O presente Protocolo de Responsabilidades terá validade de dez (10) anos a partir da data de sua assinatura.

10.2. Findo o prazo previsto nesta cláusula, o presente Protocolo de Responsabilidades será prorrogado automaticamente por igual período, desde que haja interesse entre as Partes.

10.3. O presente Protocolo de Responsabilidades poderá ser aditado ou revisado, desde que de comum acordo entre as Partes, caso venham a ser necessárias alterações nas ações operacionais aqui previstas, de forma a melhorar as condições de segurança operacional, em atendimento à melhor técnica, a inovações tecnológicas ou a exigências legais. Quaisquer modificações propostas para este Protocolo de Responsabilidades necessitam ser formalizadas através de uma emenda ou aditamento a este Protocolo.

*[Handwritten signatures and initials]*



		
<p align="center"><b>PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES</b></p>		

## 11. AUDITORIA


**11.1.** As Partes se reservam o direito de realizar auditoria, mediante aviso prévio acordado entre elas, por si ou por terceiros, de todas as atividades relacionadas ao cumprimento deste Protocolo de Responsabilidades. À outra Parte fica reservado o direito de acompanhar essas auditorias em todas as suas etapas, tendo acesso aos respectivos relatórios.

**11.2.** Para a consecução da auditoria, por si ou por terceiros, as Partes deverão obedecer aos itens de confidencialidade abaixo:

**11.2.1.** As Partes obrigam-se mutuamente por seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes, e pelo prazo de 20 anos, a manter sob sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas pela outra Parte, como resultado do cumprimento deste Protocolo de Responsabilidades, em especial quanto aos resultados da Auditoria.

**11.2.2.** Só será legítima como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- a) A informação já era conhecida anteriormente às tratativas do negócio jurídico;
- b) Houve prévia e expressa anuência da outra Parte, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável por este Protocolo de Responsabilidades, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;
- c) A informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente Protocolo de Responsabilidades;
- d) Determinação judicial e/ou governamental para conhecimento das informações, desde que notificada imediatamente à outra Parte, previamente à liberação, e sendo requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo;
- e) Para divulgação aos Carregadores;
- f) Comunicações que sejam direcionadas aos respectivos órgãos reguladores (ANP e ARCE), em atendimento às exigências legais e regulatórias.



15

		
PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES		

**11.3.** As não conformidades identificadas nas auditorias deverão ser sanadas pelas Partes, de forma a não comprometer as condições de segurança das instalações, em prazos a serem acordados entre as Partes.

## **12. RESCISÃO**

**12.1.** O presente Protocolo de Responsabilidades encerrar-se-á de pleno direito pela impossibilidade de consecução de seu objeto ou por mútuo consentimento das Partes.

**12.2.** Qualquer das Partes poderá, a qualquer tempo, denunciar o presente Protocolo de Responsabilidades, mediante prévia notificação, cujos efeitos consolidar-se-ão no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento.

## **13. LICENÇAS/AUTORIZAÇÕES**

As Partes se comprometem a obter toda e qualquer licença, autorização ou ato que, emanados dos poderes públicos, sejam indispensáveis à execução do presente Protocolo de Responsabilidades.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



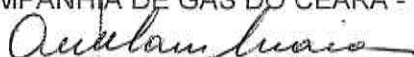


## PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADES

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Protocolo de Responsabilidade em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 31 de JANEIRO de 2014

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGAS



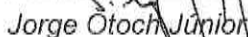
Antônio Elbano Cambraia

Diretor Presidente



Aloísio Nunes de Arruda

Diretor Técnico e Comercial



Jorge Otton Júnior

Diretor Administrativo e Financeiro

CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. – TAG,

Por: 

Nome: Fernando José Ennes de Senna

Cargo: Diretor Técnico Operacional

PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO

Como INTERVENIENTE e Membro Operador do CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE

POR: 

NOME: Cláudio Ribeiro Teixeira Campos

Cargo: Diretor de Gás Natural

		
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 1 de 14

## 1. OBJETIVO

Estabelecer procedimentos integrados entre **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS** e a **PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO** (“TRANSPETRO”) para a operação no “LIMITE DE BATERIA” entre o ativo de propriedade da CEGÁS e a ESTAÇÃO DE ENTREGA da TAG (Estação de Aquiraz) onde ocorre a transferência da custódia do gás visando o cumprimento da programação de escoamento de gás natural com segurança operacional e preservação da qualidade do produto escoado e do meio ambiente.

## 2. APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

- TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN – Gerência Geral de Transporte de Gás Natural da **TRANSPETRO**, operadora do Gasoduto Fortaleza (GASFOR) e de suas instalações, de propriedade da TAG;
- **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS** é concessionária responsável pela distribuição de gás canalizado no Estado do Ceará e, como tal, proprietária dos ativos necessários para recebimento, odorização e distribuição do gás;

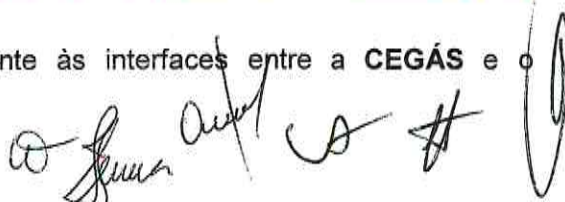
## 3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

### 3.1. Documentos de Referência

- PETROBRAS: N-2246 - Operação de Gasoduto Terrestre e Submarino (TRANSPETRO);
- RESOLUÇÃO ANP N°16/2008;

### 3.2. Documentos Complementares

- RTDT nº 02/2011- Regulamento Técnico de Duto de Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural - ANP;
- PR - Protocolo de Responsabilidades referente às interfaces entre a **CEGÁS** e o CONSÓRCIO MALHAS SUDESTE NORDESTE.





		
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 2 de 14

#### 4. DEFINIÇÕES

**4.1. ANP** - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil, incluindo a atividade de transporte de gás natural.

**4.2. Carregador** - Qualquer pessoa jurídica ou consórcio de empresas que tenha celebrado um Contrato com o Transportador para o serviço de transporte de gás.




**4.3. CCO - Centro de Controle Operacional** – Centro de gerenciamento da rede operando em um sistema SCADA.

**4.4. CNCO - Centro Nacional de Controle Operacional** – É o CCO da TRANSPETRO. O Centro Nacional de Controle Operacional da TRANSPETRO fica localizado na sede da empresa na Av. Presidente Vargas, 328, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.091-060 e é de onde são realizadas todas as operações dos gasodutos e oleodutos operados pela TRANSPETRO. A supervisão do duto é efetuada através do sistema "SCADA", com equipes de Operadores (técnicos e engenheiros) 24 horas por dia e profissionais em sobreaviso na Malha. A estação BACKUP está localizada no terminal da TRANSPETRO, em Campos Elíseos, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

**4.5. CCO da CEGÁS - Centro de Controle Operacional da Cegás** - Encontra-se em processo de implantação. É o local onde serão realizadas as medições remotas dos clientes industriais e postos GNV, assim como, as operações remotas da rede de distribuição da CEGÁS. A supervisão da rede é efetuada através do sistema "SCADA", com equipes de Operadores (técnico e engenheiro) 08 horas por dia e profissionais de manutenção em sobreaviso.

*(Handwritten signatures and initials)*

17

		
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 3 de 14

**4.6. Produto** - Gás Natural processado em conformidade com a resolução 16/2008, movimentado no gasoduto.

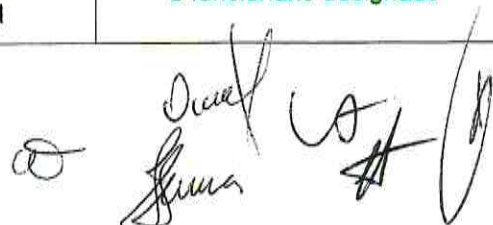
**4.7. PRE - Plano de Resposta a Emergências** – Documento ou conjunto de documentos que contém informações relativas ao Duto e sua área de influência, aos cenários acidentais e à resposta aos diversos tipos de Emergência passíveis de ocorrência, decorrente de sua construção e operação.

**4.8. Pronto a Operar** - Mecanismo que estabelece a situação de Pronto a Operar, alinhamentos, demais instalações e estações em condições operacionais prontas para iniciar ou reiniciar a movimentação de gás no Ponto de Entrega.

**4.9. TAG** - TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A., proprietária da Estação de Entrega de Aquiraz localizada no Gasoduto Fortaleza (GASFOR) também de sua propriedade;

## 5. AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

NA TRANSPETRO		
ATIVIDADE	AUTORIDADE	RESPONSABILIDADE
Revisar este procedimento	Gerente Geral	Funcionário designado
Monitorar variáveis do gasoduto	Coordenador de Turno do CNCO	Operador do CNCO
Formalizar delegação	Coordenador de Turno do CNCO	Coordenador de Turno do CNCO
Autorizar reinício da operação, após interrupção motivada por situações anormais.	Coordenador de Turno do CNCO e Gerentes da TGN/NES/MNOPII	Coordenador de Turno do CNCO e funcionário designado





		 COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 4 de 14

NA CEGÁS		
ATIVIDADE	AUTORIDADE	RESPONSABILIDADE
Revisar este procedimento	Gerente de Manutenção e Operação	Operador da Sala de Controle
Monitorar variáveis do gasoduto	Gerente de Manutenção e Operação	Operador da Sala de Controle
Formalizar delegação	Gerente de Manutenção e Operação	Gerente de Manutenção e Operação
Autorizar reinício da operação, após interrupção motivada por situações anormais.	Gerente de Manutenção e Operação	Gerente de Manutenção e Operação

## 6. DESCRIÇÃO

### 6.1. DESCRIÇÃO DO ("LIMITE DE BATERIA") DA ESTAÇÃO DE ENTREGA DE AQUIRAZ

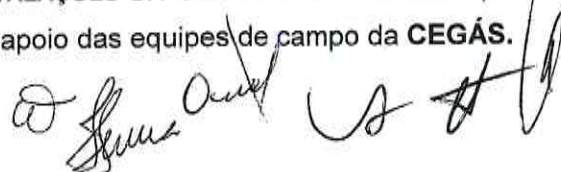
É o ponto físico da Estação de Entrega da TAG, Estação de Aquiraz, que se interconecta através de flange de interconexão com a Estação de Transferência de Custódia - ETC da CEGÁS, conforme definido na Figura constante do Anexo II

### 6.2. HIERARQUIA OPERACIONAL E DE SEGURANÇA

#### 6.2.1. Hierarquia Operacional Para As Etapas De Programação, Preparação E Operação Dos Dutos

A coordenação e o controle operacional da Estação de Entrega de Aquiraz são efetuados pelo CNCO (TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/OP/MOVGN) com apoio da TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII

A Coordenação e o controle operacional das INSTALAÇÕES DA CEGÁS são efetuados pelo Centro de Controle Operacional da CEGÁS, com apoio das equipes de campo da CEGÁS.



		
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 5 de 14

#### 6.2.1.1. ETAPA DE PREPARAÇÃO DA OPERAÇÃO

Para uma Estação de Entrega, após esta ter entrado em operação (condicionamento e pressurização), a etapa de preparação não se repetirá, exceto em caso de ocorrência de alguma anomalia e/ou suspeita de vazamento.

Ocorrendo uma parada, a preparação para o reinício da operação da Estação de Entrega deve ser precedida pela solicitação e pela emissão do Pronto a Operar pelas Partes envolvidas.

O **Centro de Controle Operacional da CEGÁS** passa o Pronto a Operar ao CNCO via contato telefônico, após verificar alinhamentos internos e condições operacionais nas instalações sob sua responsabilidade. Em caso de suspeita de vazamento dentro dos seus limites de bateria, a TRANSPETRO ou a **CEGÁS** devem efetuar a inspeção visual das instalações.

A responsabilidade pela determinação do reinício da operação é da TRANSPETRO (via CNCO) e da **CEGÁS** (via CCO). O reinício deve estar condicionado à determinação das causas, correção das anormalidades e avaliação dos riscos envolvidos.

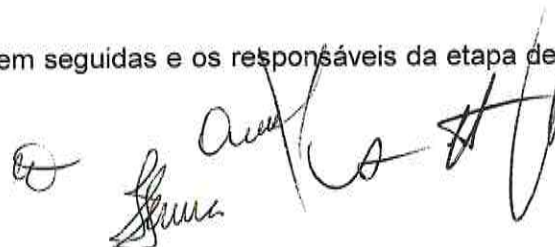
Em caso de nova interrupção da operação é necessário novo contato entre as Partes, com emissão de nova solicitação e emissão de novo Pronto a Operar.

Observações:

- O Pronto a Operar deve ser emitido antes do início/reinício da operação;
- Para todas as situações, o Pronto a Operar tem validade de 1 hora a partir da sua emissão, desde que não haja alterações nas condições originais;
- Em caso de interrupção por período superior a 1 hora, para a retomada da operação, deve ser emitido um novo Pronto a Operar entre as Partes.

#### 6.2.1.2. ETAPA DE OPERAÇÃO

No quadro abaixo estão definidas as ações a serem seguidas e os responsáveis da etapa de operação.





		
PROCEDIMENTO MÚTUA DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 6 de 14

QUANDO SE REALIZA	O QUE SERÁ REALIZADO	QUEM		
		CEGÁS	TRANSPETRO	
		CCO	CNCO	NES
Operação da Estação de Entrega em regime normal	Monitorar em tempo real, as variáveis de processo de acordo com os procedimentos locais.	E	E	-
	Comunicar ao Carregador qualquer alteração nos limites de operação.	E	E	C
	Contatar as Unidades Operacionais envolvidas em caso de surtos de pressão ou vazão que desestabilizem a operação.	E	E	C
	Contatar imediatamente as Unidades Operacionais envolvidas em caso de mudança de alinhamento.	E	E	C

Legenda: E – Executa / C – Colabora

### 6.2.1.3. ETAPA DE REGIME EM REPOUSO

Para uma Estação de Entrega, após esta ter entrado em operação (condicionamento e pressurização), a etapa de repouso não se repetirá, exceto em caso de ocorrência de alguma anomalia e/ou suspeita de vazamento.

Ocorrendo uma parada, a preparação para o reinício da operação da Estação de Entrega deve ser precedida pela solicitação e pela emissão do Pronto a Operar pelas Partes envolvidas, conforme detalhado no item 6.2.1.1.

Durante o período em que o duto não retornar a operação normal, o CNCO e a CEGÁS (via CCO) deverão monitorar as variáveis dos dutos sob sua responsabilidade.

## 6.3. DELEGAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO DAS VARIÁVEIS

### 6.3.1. MONITORAMENTO DAS VARIÁVEIS DO DUTO

O CNCO da TRANSPETRO é responsável pela coordenação, supervisão, controle e monitoramento das operações em tempo real da Estação de Entrega de Aquiraz. A

*[Handwritten signatures]*

23

		
PROCEDIMENTO MÚTUA DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 7 de 14

supervisão é efetuada através do sistema "SCADA", por equipes de Operadores (técnicos e engenheiros) 24 horas por dia e profissionais em sobreaviso na TGN/NES/MNOPII

A CCO da CEGÁS é responsável pela operação remota da instalação da CEGÁS e pela supervisão, controle e monitoramento das variáveis de controle e operações de campo em tempo real da Estação de Transferência de Custódia - ETC da CEGÁS. A supervisão do duto é efetuada através do sistema "SCADA", por equipes de Operadores (técnico e engenheiro) 08 horas por dia e regime de sobreaviso.

No evento de falha operacional do sistema supervisorio de umas das Partes, a troca de informações operacionais será efetuada por meio de contatos telefônicos regulares entre o CCO CEGÁS e o CNCO.

### 6.3.2. DELEGAÇÃO

Na TRANSPETRO, o CNCO é responsável pelo monitoramento das variáveis críticas do processo de transporte de gás nas instalações por ela operadas. Em caso de impossibilidade de monitoramento pelo CNCO, a responsabilidade é delegada pelo CNCO às equipes de campo da TRANSPETRO, enquanto persistir a impossibilidade de monitoração remota.

Na CEGÁS, o CCO é responsável pelo monitoramento das variáveis críticas do processo de distribuição de gás nas suas instalações. Em caso de impossibilidade de monitoramento pelo CCO, a responsabilidade é delegada pelo CCO às equipes de campo da CEGÁS, enquanto persistir a impossibilidade de monitoração remota.

### 6.3.3. CRITÉRIOS DE COMUNICAÇÃO

A comunicação operacional entre TRANSPETRO e CEGÁS deve ser realizada por telefone, fax, carta ou correio eletrônico. Os contatos para comunicação estão no Anexo II deste procedimento, além de afixado na sala do CNCO, no Sistema Supervisorio da Transpetro e no CCO da CEGÁS.

*[Handwritten signatures and initials]*



24

		
PROCEDIMENTO MÚTUA DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 8 de 14

#### 6.4. OCORRÊNCIAS ANORMAIS E AÇÕES PARA A SEGURANÇA OPERACIONAL

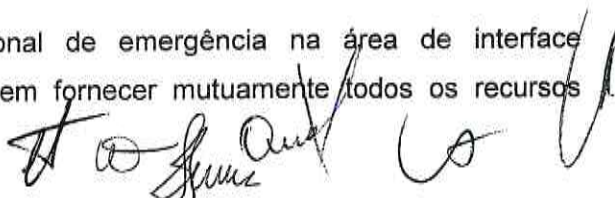
Os Planos de Resposta a Emergências da TRANSPETRO e da CEGÁS têm como objetivo definir ações para controle das contingências e emergências. Estes possuem a função de manter a continuidade operacional, salvaguardar a integridade das instalações, preservar o meio ambiente, a segurança e a saúde das pessoas, por meio do estabelecimento prévio de dados, informações e procedimentos operacionais a serem utilizados pelas equipes de emergência. Os PREs estabelecem a necessidade de comunicação da emergência aos órgãos competentes e investigação das causas do incidente/acidente. A gestão (validade, histórico das revisões, aprovação, treinamento das partes envolvidas) é feita individualmente pela TRANSPETRO e pela CEGÁS.

As empresas se empenharão em realizar um exercício simulado de emergência conjunto a cada período de vigência do presente procedimento. Quando da realização de exercícios simulados externos, a empresa que o estiver realizando, poderá convidar a outra empresa a participar, como parte integrante, como observadora ou como avaliadora.

As Partes se dispõem a mutuamente viabilizar recursos materiais como equipamentos, veículos, peças e outros materiais, ou ainda outros recursos que possam auxiliar e/ou impedir o alastramento ou a magnitude do evento de emergência, desde que tal ação não afete de imediato a continuidade operacional ou a coloque em risco.

As partes se dispõem a colaborar em situações de emergências operacionais com sua mão-de-obra, desde que tais atividades não acarretem prejuízo para as próprias operações em curso. As responsabilidades por eventuais acidentes com empregados das partes durante situações emergenciais ou durante operações de rotina são de competência de cada uma das partes.

Caso se concretize uma situação operacional de emergência na área de interface operacional, as partes devem se empenhar em fornecer mutuamente todos os recursos



		
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 9 de 14

disponíveis que possam auxiliar na eliminação e/ou minimização da ocorrência, até que medidas corretivas finais possam ser implementadas. A coordenação da emergência ficará a cargo da empresa que solicitou o auxílio.

#### 6.5. LISTA DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS CRÍTICOS.

São críticos os equipamentos ou instrumentos das instalações de interligação entre a Estação de Entrega e as Instalações da CEGÁS que podem, em caso de falha, causar ou contribuir significativamente para uma falha operacional.

EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS CRÍTICOS – ESTAÇÃO DE ENTREGA			
TAG	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	RESPONSABILIDADE
SDV-014A	Válvula de Segurança do ramal A de redução de pressão.	Ramal A de redução de pressão.	TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII
PCV-013A	Válvula monitora de controle de pressão de entrega	Ramal A de redução de pressão.	TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII
PCV-012A	Válvula ativa de controle de pressão de entrega	Ramal A de redução de pressão.	TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII
SDV-014B	Válvula de Segurança do ramal B de redução de pressão.	Ramal B de redução de pressão.	TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII
PCV-013B	Válvula monitora de controle de pressão de entrega	Ramal B de redução de pressão.	TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII

*Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.*



		
<p>PROCEDIMENTO MÚTUA DE OPERAÇÃO</p>		<p>PP-PMO REV: 0 FOLHA: 10 de 14</p>

PCV-012B	Válvula ativa de controle de pressão de entrega	Ramal B de redução de pressão.	TRANSPETRO/DGN/GAS/TGN/NES/MNOPII
----------	---	--------------------------------	-----------------------------------

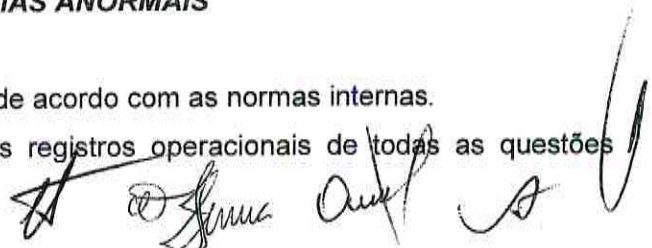
EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS CRÍTICOS – INSTALAÇÃO CEGÁS (Dados de Projetos Executivos)			
TAG	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	RESPONSABILIDADE
*	Válvula de Bloqueio do tramo de medição	Montante do filtro do tramo da medição.	Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
*	Válvula de Bloqueio do tramo de "by pass" de medição	Montante do filtro do tramo de "By pass" da medição.	Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
*	Medidor de Vazão ultrassônico	Jusante da válvula de Bloqueio do tramo de medição	Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
*	Válvula de Bloqueio da tomada de gás para o sistema de odorização.	Montante da válvula de bloqueio do tramo de medição.	Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
*	Válvula de Bloqueio tomada de gás para o cromatógrafo	Montante da válvula de bloqueio do tramo de medição.	Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais

\* Processo de Tagueamento em fase de projeto.

## 6. REGISTROS DE EVENTOS E OCORRÊNCIAS ANORMAIS

Os registros devem permanecer disponíveis de acordo com as normas internas.

A CEGÁS e a TRANSPETRO manterão os registros operacionais de todas as questões



 <b>TRANSPETRO</b>		 COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 11 de 14

pertinentes ao transporte de Gás Natural durante cinco anos. É ressalvado o direito à CEGÁS e à TRANSPETRO de manterem em sigilo informações que não tenham relação com este PMO.

#### 7. ANEXOS

Anexo I - Lista de Contatos

Anexo II – Limite de Bateria






28

		
PROCEDIMENTO MÚTUA DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 12 de 14

### ANEXO I

#### LISTA DE TELEFONES DA TRANSPETRO

NOME	CARGO	TELEFONES	E-MAIL
Caetano Frisoli	Gerente Geral de Transporte de Gás Natural	(21) 3211-1540 (21) 99921-7452	caetanofrisoli@petrobras.com.br
Eduardo Guimarães Merçon	Gerente de Operação	(21) 3211-9197 (21) 99991-5867	egmerson@petrobras.com.br
Maurício Gomes da Fonseca	Coordenador de Movimentação de Gás Natural	(21) 3211-9302 (21) 99837-5317	mgfonseca@petrobras.com.br
Marcos Bruno	Coordenador de Programação Operacional (PROPER)	(21) 3211-7605 (21) 99984-6086	marcos.bruno@petrobras.com.br
Cordenador de Turno do CNCO	COTUR do CNCO	(21) 3211-9450 (21) 99943-9036	ccg.transpetro@petrobras.com.br
Operador do CNCO	Operador do CNCO	(21) 3211-9453	ccg.transpetro@petrobras.com.br
Sérgio Gerônimo	Gerente da malha NES	(81) 3464-5690 (81) 9632-1108	sergiog@petrobras.com.br
Adilson João da Silva	Coordenador de Manutenção e Apoio à Operação (MNOPII)	(85)3266-4319 (85)9924-4460	adilsonjs@petrobras.com.br

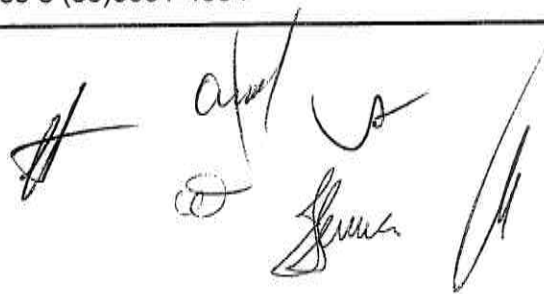


		 COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ
PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO		PP-PMO REV: 0 FOLHA: 13 de 14

ANEXO I (Continuação)

LISTA DE TELEFONES DA CEGÁS

NOME	CARGO	TELEFONES	E-MAIL
Antônio Estácio de Sousa Filho	Gerente de Manutenção e Operação - GEMOP	(85)3266-6900	antonio.estacio@cegas.com.br
		(85)3266-6977	
		(85)8848-7368	
Aloísio Nunes de Arruda	Diretor Técnico e Comercial - DTC	(85) 3266-6903 (85) 8766-0026	aloísio.arruda@cegas.com.br
Eliane Maria Santana de Oliveira Sousa	Gerente de SMS	(85)3266-6918 (85) 8848-8762	eliane.sousa@cegas.com.br
Edgard G. Bastos	Gerente Comercial	(85) 3266-6920 (85) 8848-4584	edgard.bastos@cegas.com.br
Telefone de Emergência / Sobreaviso: 08002800069 e (85)9991-4004			

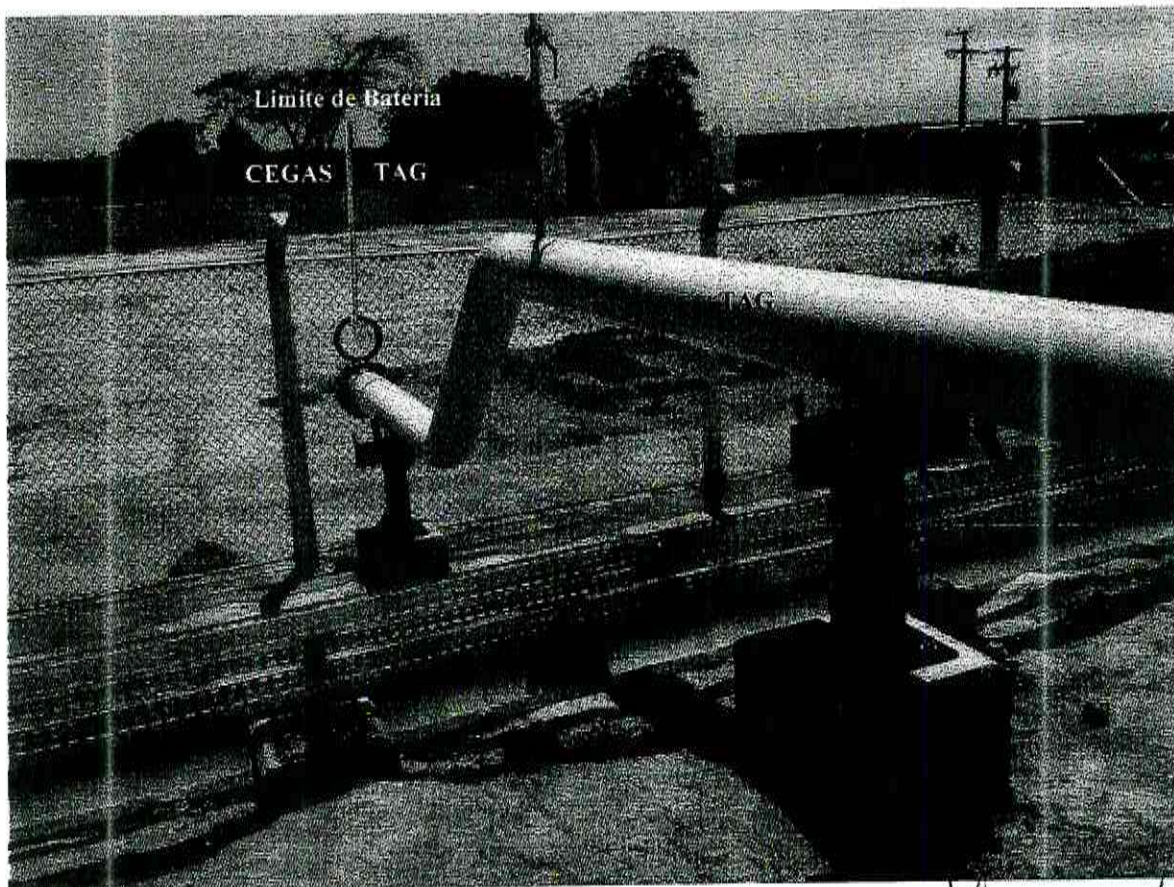




		
<p>PROCEDIMENTO MÚTUO DE OPERAÇÃO</p>		<p>PP-PMO REV: 0 FOLHA: 14 de 14</p>

## ANEXO II LIMITE DE BATERIA

É o flange de conexão entre a Estação de Entrega da TAG, Estação de Aquiraz e a Estação de Transferência de Custódia - ETC da CEGÁS.



*Handwritten signature and initials:*  
 H. Lima  
 aux  
 W  
 is  
 6